



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 066

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE JUNHO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 066

63ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Requerimentos 03

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira..... 04

Dep. Mauro Moraes 05

Dep. Antonio Belinati 05

Dep. Jocelito Canto..... 08

Dep. Elio Rusch 08

Dep. Douglas Fabrício 11

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 06

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch.....09

Dep. Plauto Miró 18

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 12

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi 13

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 17

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 19

Discussão/Votação

Redação Final 19

Requerimentos 20

Encerramento da Sessão: 20

Publicações:

Ata de Comissões

Finanças 20

Presidência

Indicações Legislativas 21

DIÁRIO Nº 066

63ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 63ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2009

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Beti Pavin.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Alexandre Curi, Pastor Edson Praczyk, Antonio Belinati, Beti Pavin, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Edson Strapasson, Elio Rusch, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mário Roque, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior e Waldyr Pugliesi (24).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Ademir Bier, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pedro Ivo, Péricles de Mello e Teruo Kato (26).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e os Srs. Deputados Fábio Camargo, Professor Lemos e Tadeu Veneri (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

A pergunta que faço é que V. Exa. colocou em discussão e não colocou em votação a Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não se coloca a Ata em votação, apenas em discussão. De acordo com o Regimento Interno, não se vota a Ata; coloca-se em discussão se alguém quiser discuti-la.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Não há necessidade de quórum; a Sessão segue.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não, a Sessão segue tendo 10% dos Deputados. É o suficiente.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

OFÍCIO Nº 046/09

Curitiba, em 17/06/09.

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para informar a V. Exa., que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, requer a substituição na Comissão de Segurança Pública, do Deputado Mauro Moraes pelo Deputado Ademir Bier.

Cordialmente,

(a) WALDYR PUGLIESI

OFÍCIO Nº 554/09

Curitiba, em 15/06/09.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o cordialmente, venho pelo presente solicitar a V. Exa. a reserva do Plenário da Assembleia Legislativa para do dia 23 de junho próximo (terça-feira), a partir das 8h30 até 12h com o objetivo de realizar Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 277/09, de autoria do Governo do Estado que autoriza o Poder Público a chamar policiais militares da reserva remunerada para fazer a guarda de sedes administrativas e atuarem em funções de natureza estritamente militar.

Nossa proposta em debater o referido projeto de lei se deve em preservar que a categoria de vigilantes do Paraná não seja prejudicada com possíveis demissões dos empregos.

Em carta, a FETRAVISP (Federação composta pelos Sindicatos dos Vigilantes de Curitiba e Região, Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Pato Branco e Umuarama) manifestou preocupação se o projeto for aprovado pelos Parlamentares paranaenses.

De acordo com a Federação, aproximadamente 6.500 vigilantes prestam serviços em departamentos da administração pública. Dessa forma defendemos que o tema seja discutido e uma Audiência Pública com o objetivo de esclarecer e rever termos do projeto.

Na oportunidade, renovo protestos de consideração e apreço.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2960

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário seja analisada pela Mesa Executiva a sugestão de que todas as votações da Ordem do Dia sejam feitas através do painel eletrônico, a fim de que a população fique ciente do voto de seu Parlamentar em relação a cada matéria em votação.

Sala das Sessões, em 18/06/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2958

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 10 de junho, do Sr. Nadir Laidane, um personagem da maior importância para a história de Ponta Grossa, Ortigueira e Região dos Campos Gerais.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2956

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta colenda Casa de Leis, um voto de congratulações à Mesa Diretora do Sindicato dos Empresários em Espetáculos de Diversão do Estado do Paraná, gestão 2009 à 2013, cuja Diretoria tomou posse em 08/06/09, ficando assim constituída: Presidente: João Luiz Fiani; Vice-Presidente: César Almeida; Secretário: Dimas Bueno; e Tesoureiro: Giovane Cesconetto. À nova diretoria nossos sinceros cumprimentos pela eleição augurando-lhes votos de muitas realizações. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os cumprimentos.

Sala das Sessões, em 18/06/09.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Reni Pereira.

Com a palavra Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem participamos de um debate na TV SINAL, juntamente com o jornalista da TV Tarobá, João Carlos Del Rios, com o Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch; também estava convidado o Deputado Luiz Claudio Romanelli, mas infelizmente não pode se fazer presente, discutindo a reforma tributária que nós aprovamos aqui no final do ano.

Na qualidade de relator, que acabei aceitando, mesmo sendo um crítico daquela reforma, fruto de um acordo entre Oposição e a base aliada do Governo, com o compromisso de acatar algumas emendas, principalmente aquelas que não ultrapassem a reforma, que não comprometessem. Mas, o compromisso principal que assumi ao relatar aquela mensagem, foi de adequar o principal tema do discurso governista de que haveria uma melhoria a milhares de consumidores, com a redução de 98 mil itens, em contrapartida não existe almoço de graça - alguém teria que pagar a conta - haveria o aumento em cinco itens.

Mas, buscamos uma fórmula para adequar e amarrar no texto legal esta parte do discurso, que era a parte simpática, de que haveria um ganho no poder de consumo de milhares de famílias paranaenses, que isto seria repassado, havia um compromisso por parte dos supermercados, das farmácias, algumas usaram até de uma estratégia de marketing no dia que entrou em vigor a reforma; colocaram pelas publicitárias na TV, nos jornais, nas rádios.

Agora, já estamos dentro da realidade, de uma nova fase com esta reforma tributária vigorando. Mas, tem um dispositivo da lei que não está sendo cumprido. E é justamente este dispositivo que foi acordado e inclusive o Governador concordou, porque sancionou a lei, que é o que exigia por parte do PROCON, que fizesse um acompanhamento dos preços, uma divulgação, principalmente em termos de supermercados e hipermercados, com a divulgação dos preços praticados. Isto, infelizmente, não está sendo praticado no Estado do Paraná. A lei não está sendo cumprida, porque se estivesse sendo cumprida, a regra principal para determinar a diminuição do preço dos produtos, que é a lei da oferta e da procura, teria condições de estar sendo hoje efetivada e praticada pelos consumidores do Paraná.

Devido a esta falta de informação, não por omissão da Assembleia Legislativa, que colocou este dispositivo na lei, de que o Governo do Estado do Paraná iria fazer um levantamento de preços, divulgar isso nas principais redes varejistas, de maneira que o consumidor pudesse, quando fosse comprar algum produto, se num lugar tivesse R\$ 5 e no outro tivesse 3, ele iria no lugar que estaria sendo divulgado como 3, e aí, sim, estaria diminuindo.

Agora, no escuro, como estamos hoje, o discurso que foi praticado pelo Governo para mandar a reforma tributária para esta Casa para aprovar, inclusive o substitutivo geral foi aprovado por unanimidade. O texto original do Governo teve 16 votos contra, a reforma do Governo teve 16 votos contra. Mas o substitutivo geral que contemplou essa emenda com a obrigação do Governo, de divulgar os preços praticados e inclusive aquele compromisso, esse foi aprovado por unanimidade, não teve nenhum voto contra. Então, toda a Assembleia Legislativa, todos os Deputados colocaram aquilo que era o discurso do Governo, que haveria uma diminuição dos preços, porque estava se retirando o imposto no Estado do Paraná.

E como a população vai saber isso? Através da lei. A lei tinha um mecanismo que facilitava aos consumidores do Paraná, aos paranaenses, saber se havia ou não sido estendida essa diminuição do imposto aos preços dos produtos, através da divulgação, que é competência do Poder Executivo e do PROCON do Estado do Paraná. E, aliás, esse PROCON do Estado do Paraná vamos ter que começar a conversar mais de perto, porque está "fátsca atrasada", está sempre correndo atrás. Depois que o direito do consumidor é aviltado, que a lei não é cumprida é que eles começam a tomar atitudes.

Então, quero aqui deixar esse registro e dizer que está havendo, sim, uma negligência em relação a o que foi pactuado não com a Assembleia Legislativa, mas com o Estado do Paraná, que haveria uma reforma tributária, que por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal haveria o aumento na carga tributária de cinco produtos, nos combustíveis, na energia, na telefonia, enfim, aquilo que não se podia sonegar e isso garantiu a arrecadação do

Estado do Paraná. Em contrapartida anunciou-se, mesmo que alguns produtos já não pagavam mais, que haveria uma diminuição e uma retirada do imposto de aproximadamente 98 mil itens e que haveria um ganho às famílias principalmente da classe C e D do Estado do Paraná.

Esse ganho, infelizmente, não estamos podendo verificar, devido ao não cumprimento da lei, a mesma lei que permitiu ao Governo aumentar imposto, garantir a arrecadação e divulgar que haveria melhoria para a população. A melhoria só poderemos constatar a partir do momento em que o Governo cumpriu a sua parte, e divulgar aqueles estabelecimentos que repassaram a diminuição dos preços. Era o registro e ficamos aqui aguardando que o PROCON cumpra a lei, não só essa, mas outras leis que protegem o consumo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Mauro Moraes.

Deputado Mauro Moraes (PMDB)

O SR. MAURO MORAES

Sr. Presidente, demais membros da Mesa e Srs. Deputados.

Ocupo rapidamente esta tribuna porque tomei ciência de que o nosso Líder, que está se retirando agora do Plenário, Waldyr Pugliesi, encaminhou à Mesa a destituição do Deputado Mauro Moraes da Comissão de Segurança. Na realidade considero isso uma perseguição partidária, porque o líder não convocou uma reunião com todos os membros da nossa Bancada para que pudéssemos discutir um assunto de tão primordial importância, a substituição do Presidente de uma das principais Comissões desta Casa. E o pior de tudo, pasmem os senhores, substituindo um Presidente que fez mais de 30 Audiências, Seminários, Simpósios e reuniões na luta contra essa escalada do crime que estamos vivenciando no Estado do Paraná.

Vou deixar, Waldyr Pugliesi, o meu pronunciamento para segunda-feira, para que toda imprensa e todos os meios de comunicação possam tomar conhecimento. Vocês venceram e hão de vencer sempre, mas como vencem os celerados, que medem o número de vitórias pelo número de traições que fazem aos seus companheiros. Venceram a vencerão sempre, mas essa vitória não é uma vitória de uma instituição forte, uma vitória de um partido, de um ideal, de uma causa justa.

É a vitória de uma perseguição, feita pelo Líder da Bancada e ao Líder do Governo ao Deputado Mauro Moraes, porque discorda quando o Governo diz que tudo é tranquilidade em termos de Segurança no Estado do Paraná. E todos sabemos que não é verdade, é mentira, mentira nos olhos, mentira nos gestos, mentira nas coisas, nos conchavos, mentira nos bastidores, uma mentira total, que até os mentirosos não devemos perdoar, porque eles mentem tanto que as vezes acabam acreditando em suas próprias mentiras.

Sr. Líder do PMDB, não é o fato de me retirarem da Comissão de Segurança que a luta vai parar para que possamos melhorar essa insegurança do Estado do Paraná, vamos continuar, através do movimento Curitiba Sem Violência do movimento Paraná Sem Violência, vamos continuar essa luta fazendo reuniões em todos os bairros de Curitiba, em todas as Cidades do Paraná.

Por que me tiraram dessa comissão? Porque eu disse que 80% das drogas, armas e munições que são distribuídas por todos os Estados brasileiros saem do Paraná, porque eu tive a coragem de dizer que 80% dos crimes contra a vida e o patrimônio, homicídios, roubos e furtos, Sr. Presidente do meu partido, tem origem nas drogas, porque vivemos uma verdadeira epidemia do crack no Paraná e nossas autoridades fecham os olhos e cruzam os braços, e o Legislativo pretendeu dar a sua parcela de contribuição neste momento tão difícil, que a população está amedrontada, que a população está aterrorizada, porque há uma verdadeira inversão de valores, o cidadão de bem hoje tem que ficar trancado dentro de casa colocando grades nas janelas, nas portas, o cidadão de bem está construindo a sua própria prisão, enquanto os bandidos estão transitando livremente pelas ruas, pelas calçadas, ocupando nossas praças, nossos bosques, nossos jardins.

E aí vem o Secretário dizer que está tudo tranquilo, que é um mar de alegria e de tranquilidade, que temos efetivo suficiente. Será que estão me tirando da comissão porque eu disse que os policiais militares e civis precisam de um aumento porque estão trabalhando no limite do que o ser humano pode suportar?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. tem mais um minuto.

O SR. MAURO MORAES (PMDB)

Vou deixar o pronunciamento para segunda-feira, porque assim eu posso apresentar esse desabafo de quem tanto trabalhou nesta comissão para engrandecimento desta Casa, porque na gestão passada em quatro anos, Sr. Presidente, tivemos apenas duas reuniões da Comissão de Segurança, nenhum Simpósio, nenhuma Audiência Pública, nenhum Seminário.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

próximo orador inscrito no Pequeno Expediente com a palavra Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente, Deputado Nelson Justus, Deputado Jonas, Deputada Beti Pavin, colegas Parlamentares, Paulino da TV SINAL.

Hoje, não sei se pelo frio, mas quem faltou ao trabalho hoje foi o pessoal da imprensa. Quando o Parlamentar não comparece é uma bordoadada na cabeça do Parlamentar, e hoje uma ausência aqui meio geral do pessoal da imprensa.

Mas, telespectadores da Rede MERCOSUL, da TV SINAL, paranaenses que acompanham de casa ou do trabalho as Sessões, aqui da Assembleia Legislativa, estou vendo a Câmara dos Deputados caminhando para trazer de volta os bingos no Brasil, que divertiam principalmente a população da terceira idade. Uma faixa aí da população, se viciou tanto em bingo que alguns almoçavam, jantavam na própria casa de bingo. Houve, também, muita malandragem nesses bingos, mas tem a posição dos Deputados que trabalham em Brasília tentando trazer de volta a legalização dos bingos em nosso Brasil.

A Folha de Londrina traz, hoje, que dobra o número de empresas que não vão investir nada neste ano de 2009. Isso é muito ruim para nós, para o Brasil. É ruim para os empresários e para classe trabalhadora, porque se as empresas não vão investir nada isso é o resultado, infelizmente, dessa crise econômica que o mundo está vivendo. O Presidente Lula veio com aquele negócio: “Ah, isso aí é uma ‘marolinha’. Aqui não tem crise”. Mas, olha, ainda hoje, tem uma matéria aqui de que, neste mês que passou, teve um aumento de devolução de cheque sem fundo de quase 19% de aumento.

Uma outra pessoa emite cheque por malandragem, pensando em dar o calote, mas tem aquele que vive apertado e emite cheque pré-datado. Tem uma parte dos brasileiros (e não é muito pouca não) que não tem nenhum controle sobre suas finanças. Tem gente que não sabe sequer quantos cheques tem espalhados pela praça. Mas tem aquele, também, que emitiu cheque, mas de repente, teve um problema na família de saúde, teve um contratempo, perdeu o emprego, e não pode honrar o compromisso.

Então, de um modo geral, quando há um aumento na devolução do cheque que não tinha fundo, é o reflexo de que o cidadão de um modo geral está sem dinheiro no bolso. Quem é que vai querer ter seu nome na SERASA? Vai querer ter sua conta encerrada? Aliás, é uma caixa preta igual do AIRBUS-330, do voo 447, essa caixa preta da SERASA que encerra a conta, muitas vezes, do pequeno. Se faltar R\$ 5 na conta, o banco devolve o cheque. Depois de devolver duas vezes, a conta está encerrada.

Não sei se eles têm caixa dois, mas, oficialmente, a SERASA tem bancado, tem pago campanha de vários políticos no nosso Brasil, inclusive aqui do Paraná. Tem gente que está lá com um mandato de Deputado porque teve sua campanha eleitoral financiada por essa maldita SERASA. Isso aí não deveria existir. Deveria ter um órgão do Governo, mas não particular. Imagine qual é o volume dos bilhões que o dono dessa SERASA coloca nos cofres, por ano, encerrando a conta e, geralmente, do pequeno.

Mas, volto a repetir o enfoque nosso, que o aumento na devolução dos cheques sem fundo é reflexo sim da crise que estamos enfrentando.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Temos aqui um e-mail do José Lopes da Silva. Ele é despachante em Londrina e não pode assumir a função de diretor geral de uma autoescola, porque tem uma lei que proíbe o acúmulo dessas funções. Um lei boba. O que é que tem a ver? Atrapalha quem? Prejuízo para quem o cidadão ser despachante e, ao mesmo tempo, ser diretor geral de uma autoescola? Não vejo nenhuma incompatibilidade. Primeiro, porque não é a autoescola que emite ou renova a carteira de habilitação. Isso é feito pelo próprio DETRAN. Então, não há nenhuma incompatibilidade. Apresentamos um projeto para fazer a permissão, acabar com essa proibição e permitir que quem é despachante credenciado pelo DETRAN, se quiser, possa ter, sim, a função de diretor geral de autoescola.

De um policial que não se identifica com medo de perseguição. Perseguição de quem? Do Governo Requião. Aliás, o Requião está fazendo um estrago na COPEL. Está no noticiário de hoje, que o Governador tomou uma medida com relação à COPEL, as ações da COPEL despencaram, caíram 10%. Imaginem a multiplicação, qual o montante do prejuízo que está havendo com a queda no valor das ações da COPEL pela ingerência do Requião nas ações da COPEL.

E o policial que não se identifica diz aqui: *Deputado Belinati, tenho uma sugestão ao próximo Governador que é a de valorizar o funcionário público com relação à sua experiência profissional. Tenho quase 20 anos como militar e um soldado que ingressa na nobre missão começa ganhando quase a mesma quantia que eu ganho. Quer dizer, ele está há 20 anos na Polícia e o policial que entra hoje já entra ganhando o mesmo que ele ganha com 20 anos de serviço. Está ocorrendo, e os senhores sabem disso, que ao completar 25 anos, o militar, sem nenhum tipo de benefício e no auge da sua experiência, ele acaba pedindo para ir para a reserva, pede a reforma. Perde com isso a comunidade que fica com um policiamento comprometido e o Governo que tem que fazer novos concursos e treinar novos homens para a Polícia Militar.*

Sou favorável à realização de concursos, pois acho que é uma forma de mostrar o desenvolvimento e o crescimento de um Estado. Por outro lado, valorizar o profissional dando-lhe uma melhor condição de vida é dizer muito obrigado pelos seus 35 anos de bons serviços prestados à Polícia Militar e ao Paraná. Observação: mesmo saindo cabo aos 15 anos e sargento a perder de vista, a diferença salarial é irrisória.

Então, cabe ao Governador Requião, que está terminando o seu Governo, valorizar o servidor público, valorizar o policial militar.

Deputado Belinati, quero convidar os paranaenses que nos enviem e-mails com sugestões, críticas, orientação para o nosso trabalho.

Passa embaixo o nosso e-mail e eu fico imensamente agradecido a todos os paranaenses que estão me mandando correspondência, porque eu leio na tribuna, sim.

E-mail do Eduardo Dezani: *Deputado Belinati, venho, através deste, solicitar, por gentileza, copia do Projeto n° 227/09, que concede desconto do IPVA para veículos do Paraná que não foram multados*

Sou estudante de Psicologia e estou fazendo um trabalho acadêmico “só obedeco se mexer no meu bolso”, que discute o comportamento dos motoristas.

Então, o Eduardo está pedindo uma cópia de um projeto que apresentamos: quem não tiver multa, ao pagar o IPVA, tem um desconto, é para contemplar. Já tem outros projetos aqui na Casa semelhantes também.

E-mail do Uriel Silveira: *Deputado Belinati, sou Pastor e moro em Londrina. Ouvi hoje parte de um comentário do Fiori Luiz, da Rádio Paiquerê. O Sr. Luiz já foi Deputado nesta Casa, Vereador em Londrina, uma pessoa muito querida e amada pelo povo e o seu programa na Rádio Paiquerê é disparado campeão de audiência. Parabéns ao Luiz, o marido da Dona Helena, essa figura querida. E o Pastor ouviu o Fiori Luiz comentar sobre um e-mail que mandei a ele falando do livro que o Ministério da Educação adquiriu de um escritor paranaense, que é um grande escritor, o Dalton Trevisan. Esse livro está sendo distribuído nas escolas e só tem pornografia. Meu Deus do Céu, não dá para ler aqui o que está escrito no livro! Não consigo ler. Tentei, ontem aqui, descrever alguns trechos deste livro do Trevisan, que o Ministério da Educação comprou com o dinheiro dos paranaenses, do povo brasileiro, dinheiro público. Um livro de pornografia, cheio de besteira, um lixo, que não traz nenhuma contribuição para os jovens. Que pais que tem boa formação, dignos, que querem ver seus filhos na escola estudarem um livro de pornografia.*

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Ontem, eu ouvia através da televisão, na minha Cidade de Foz do Iguaçu, pessoas reclamando sobre esse livro, que receberam do Ministério de Educação.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Esse livro que V. exa. está falando é “Contrato com Deus”, que não é religioso e é pior do que o livro do Dalton Trevisan.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Como podem distribuir um livro dessa categoria para jovens e crianças? É um crime. Isso aconteceu em São Paulo e agora, recentemente, em Foz do Iguaçu. É um absurdo! Será que não existe mais controle de ninguém e de nada? Devemos repensar o que está acontecendo em nosso País.

Isso é seriíssimo.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pena, que eu não tenha esse livro aqui na mão! Um livro que usa o nome de Deus na capa. O Governo comprou também esse livro, milhões de exemplares, para ser distribuído na escola. Você pensa que é para falar de fé etc., não, é para falar de sexo, de pornografia.

Presidente, qual é o seu salário como Presidente desta Casa? Qual é o salário de um operário, de uma doméstica, de um radialista, de um servidor público? Há quem diga que um Ministro não ganhe bem, apesar de não pagar passagem de avião, telefone, carro, restaurante, a casa onde mora. Tenho uma matéria aqui, de hoje, fresquinha. Isso é um escândalo! O Paraná vai saber agora através da TV SINAL e da TV MERCOSUL, como é a vida de quem está no poder, em Brasília. Não do Presidente Lula, mas de alguns Ministros, que além de Ministros, nas horas vagas são Conselheiros da PETROBRAS.

Por que digo nas horas vagas? Há empresa pública, que exige às vezes a presença do conselheiro uma vez por mês, que dura apenas 15 minutos. Estou falando de alguns Conselheiros da PETROBRAS, como o Frank Martins, que foi da TV Globo; a Ministra Dilma Rousseff; o Ministro Mantega, que é um empresário milionário. Esse pessoal é Ministro do Lula. Além do salário de Ministro, eles arrumaram uma “boca e uma teta”, que nem uma vaca holandesa que dá tanto leite, é igual a esse negócio da PETROBRAS. Acho que há mês que nem tem reunião.

Está aqui no Jornal Valor Sabem quanto a PETROBRAS está pagando, para esse pessoal do Lula ser Conselheiro, que são 9, para “mamarem naquela vaca” R\$ 8 milhões, 256 mil para distribuir em nove pessoas, dá quase R\$ 1 milhão por ano para cada Ministro ser Conselheiro da PETROBRAS, ou seja, o gás de cozinha, o óleo diesel, a gasolina poderiam ficar muito mais barato e a vida do povo ser muito mais em conta se eles não estivessem mamando, e com que ganância eles estão mamando o dinheiro da PETROBRAS que não é deles, não é do Presidente Lula, é o dinheiro do povo brasileiro!

Quase R\$ 1 milhão por ano para distribuir para cada Conselheiro! Agora eu quero ver como é que a Ministra Dilma vai botar a cara na televisão e vai sair por esse Brasil pedindo voto e eu vou apontar ao povo, independente de qualidade ou não que ela tenha ou deixe de ter essa é uma que está aí ganhando quase R\$ 1 milhão, mais de R\$ 80 mil por mês, fora o salário de Ministra para botar uma assinatura como Conselheira na PETROBRAS que não funciona em Brasília é no Rio.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

É por isso que não querem a CPI da PETROBRAS, por esse motivo.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Imagine quanta coisa vai aparecer, meu Deus do Céu!

Presidente, é isso que faz realmente o povo tão sofrido, tão judiado, com o bolso vazio, com pouco dinheiro ficar indignado com aqueles que chegam ao poder e chegam com tanta sede ao pote como esse pessoal que está lá mamando nas tetas da PETROBRAS, mamando e sugando o dinheiro que é do povo brasileiro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Deputado Belinati V. Exa. dá uma contribuição grande hoje aqui ao falar nesses 80 mil por mês que recebem os Ministros, que bomba! Se for verdadeira essa informação que V. Exa. está divulgando vai cair o País, um Ministro recebendo 80 mil para ser Conselheiro da PETROBRAS, por mês, é uma roubalheira, não é Deputado Stephanes Júnior? É uma roubalheira, sinceramente é muito dinheiro!

Gostaria hoje, Sr. Presidente, de apenas comunicar aqui que acabei de falar com o Coronel Porcides, Comandante do IML do Paraná sobre a falta de uma viatura em Ponta Grossa e já está sendo encaminhada nesta manhã, soube da notícia agora pela manhã.

Sr. Presidente eu gostaria da atenção de V. Exa., eu recebi um e-mail e gostaria que V. Exa. tomasse conhecimento, é um e-mail que vem da Região de Cascavel eu acho, do José Monteiro de Andrade ele diz que quer parabenizar pelo pronunciamento do dia 16 quando a Gazeta do Povo plantou uma notícia infundada pois o projeto não tinha concluído a votação. O Deputado autor do projeto sequer tinha notado a solicitação de emenda ao projeto. *Como cidadão fico preocupado com as votações que acontecem na Casa de Leis, por exemplo, nesse dia havia 50 Deputados, a televisão mostrava mas as câmeras de TV mostravam apenas poucos no recinto que às vezes estão discutindo e voz alta e não estão prestando atenção nos pronunciamentos.* Em cima disso, Sr. Presidente, tenho uma sugestão para dar, até para melhorar nossos trabalhos, V. Exa. está tentando, a todo custo, mudar as coisas aqui, eu sei que é difícil quando se tem uma forma da Casa há muitos e muitos anos é difícil mudar, mas precisamos mudar, o País precisa mudar. Quero dar uma sugestão para que a partir da próxima Sessão todos os projetos que estiverem na Ordem do Dia sejam votados no painel, aí acaba o nosso problema tudo que tiver na Ordem do Dia, nós passamos pelo painel. Nós compramos um painel, colocamos um painel e não estamos votando pelo painel. E aí dá toda a confusão, o Deputado às vezes não sabe qual é o projeto que está votando, está provado aqui. E não sabemos como votaram os Deputados, cria todo aquele problema. Como estamos mudando as coisas aqui, queria sugerir que implantasse a partir de hoje se pudesse todos os projeto que estão na Ordem do Dia fossem votados no Plenário.

Termina ali qualquer cidadão pega uma cópia e sabe como cada Deputado votou. E acaba aquele problema do Deputado que vem marca aqui o ponto, sai, alguns voltam outros não voltam. Isso pega mal para todo mundo, principalmente para quem está todo dia aqui. Queria sugerir a V. Exa. dando sequência a esse maravilhoso painel que V. Exa. colocou na Casa. Vai demorar um pouquinho, mas não tem problema, pelo menos vai se saber quantos tem, quantos votaram, a opinião de cada um vai estar registrado ali na central, que é onde marca os projetos. Então, para resolver, não ter mais aquelas brigas, aquelas confusões, vamos agilizar, vamos melhorar, vamos andar para frente, vamos começar com coisas novas.

Estamos em um tempo de nova transparência, tudo novo a partir do dia 1º, prestação de contas de tudo, vamos prestar contas de tudo. Mas vamos começar a cobrar. Era isso, muito obrigado e espero que V. Exa. atenda o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito Sr. Presidente Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. No dia de ontem participamos de um debate na TV SINAL que vai ao ar hoje, amanhã e no final de semana junto com o Deputado Reni Pereira e o jornalista João Carlos, falando sobre a reforma tributária no Estado do Paraná. Quais as vantagens, as desvantagens, quais os reflexos que ela te trazido para o contribuinte ou para o Estado do Paraná. É lógico que não temos os números ainda. Eu via na Sessão de hoje o pronunciamento do Deputado Reni Pereira, quando fez menção sobre a lei que aprovamos, sobre as emendas que foram acolhidas e aprovadas, introduzidas na Lei da Reforma Tributária, que determina alguns órgãos do Governo de fazer o acompanhamento dos preços praticados nos mais diversos estabelecimentos no Estado do Paraná. Se essa redução proposta pelo Governo dos 95 mil itens, efetivamente, tenha chegado no consumidor ou não.

Porque dizíamos durante a tramitação desse projeto aqui na Casa e mesmo nas Audiências Públicas, que uma certeza nós tínhamos com essa reforma tributária, que aumentaria o produto da gasolina, aumentaria a energia elétrica, aumentaria a comunicação, aumentaria bebida alcoólica e aumentaria o cigarro, que são produtos que tiveram a sua alíquota aumentada ou de 26 para 28, ou de 27 para 29. E eu até podia dizer... O Governador disse que no Paraná ele não aumenta a energia elétrica, mas já teve aumento da energia elétrica quando ele aumentou o ICMS sobre a energia elétrica. E esses cinco itens que foram elencados no projeto pelo Governo do Estado que tiveram a sua alíquota majorada não tem como sonegar, porque eles são tributáveis não na conta, mas sim na produção.

Quem compra gasolina, o posto não paga ICMS, paga quando ele compra na distribuidora e a mesma coisa quando você receber a sua fatura de energia elétrica já está embutido o ICMS e a mesma coisa acontece com a comunicação, quando você recebe a sua fatura o ICMS já está embutido.

Não tem forma de você querer sonegar o ICMS sobre esses cinco produtos. E esses cinco produtos são responsáveis 60% do bolo do ICMS no Estado do Paraná. O que é que nós conseguimos levantar até agora. Quero dizer aqui para a Assembleia e para o Estado do Paraná que a Oposição aqui na Casa está muito alerta. Estamos acompanhando a evolução, a diminuição do que houve e do que não houve.

Gostaria de trazer um fato até curioso que foi transmitido para nós não oficialmente, mas nós temos os dados pelas entidades e pelos estabelecimentos comerciais que trabalham no ramo de remédios. Quando se falou aqui da reforma tributária, se falou muito na redução do custo do remédio, na redução do material de higiene, na redução do material de limpeza, enfim, tudo isso foi argumentado na discussão e também nas Audiências Públicas.

Srs. Deputados e Srs. Deputadas, a informação que nós temos é que no mês de abril, os laboratórios aumentaram em torno de 6% o remédio. Praticamente aniquilou a redução do ICMS sobre os remédios aqui no Estado do Paraná, sobre a redução da alíquota do ICMS. Vamos citar um outro exemplo que aconteceu com os estabelecimentos das farmácias. O Governo do Estado diz que houve uma redução, centenas e milhares de empresas no Estado do Paraná se beneficiaram com o simples, instituído pelo Governo de Roberto Requião e nós enalteçemos aqui na Casa, que na verdade é um bom programa.

As empresas que tem um bom faturamento em torno de 350 mil estariam isentas do ICMS. Depois tem escalonamento. E o que aconteceu com as farmácias? Quem trabalha com os remédios. A questão de uns cinco ou seis anos atrás, nós tínhamos o sistema da substituição tributária do ICMS no remédio. O que quer dizer isso? É a mesma coisa com o que acontece com o tributo do ICMS sobre combustíveis, sobre energia, ele é tributado na compra quando a farmácia compra o remédio, ele já paga o ICMS sobre a sua compra, o seu lucro, sobre tudo isso, gera substituição tributária.

O Governo do Estado do Paraná, ele voltou, extinguiu a substituição tributária e voltou no sistema antigo que era o crédito e débito do ICMS sobre o remédio. Agora, com essa reforma tributária o que aconteceu? Voltou a substituição tributária. As pequenas farmácias que estavam no SIMPLES, e não pagavam ICMS agora passam a pagar. Não existe mais diferença, se você é uma pequena, mini, micro ou grande rede de farmácia.

Quero dizer aos paranaenses que a propaganda que se fez dos milhares de empresas, as farmácias estão para o lado de fora. A informação que nós temos é que a redução do remédio, e isso quem me disse foram os proprietários de farmácia, que os produtos chegaram o desconto

efetivo no consumidor, de 1,6% não chegando a 2% de desconto. Porque antes da reforma tributária quando era o crédito e débito, as empresas que vendiam para farmácias conseguiram dar um desconto sobre o produto ou sobre o remédio, por causa do sistema de crédito e débito.

Agora, com a substituição tributária não existe mais esta possibilidade. Então, a farmácia não consegue mais comprar com o desconto que era concedido anteriormente. E sem levar em consideração, também, do aumento que houve nos remédios, nos laboratórios, nos fabricantes. Em torno de 6%. Já existe aí a primeira dúvida.

E o que aconteceu com os outros produtos? É um trabalho complexo que está sendo realizado? Está sendo realizado. Talvez com o debate que aconteceu ontem, e que vai ao ar agora final de semana pela TV SINAL, este pronunciamento que o Deputado Reni Pereira fez na Sessão de hoje e que nós estamos fazendo, talvez vá alertar aos empresários que não estão reduzindo o ICMS para seu consumidor. Não adianta você dizer também, e não vou dizer que são todos, mas vemos a propaganda: olha, o desconto sobre a etiqueta é tanto, referente à reforma tributária de redução do ICMS. Mas, quanto custou este produto ano passado? Quanto custou este produto em janeiro ou fevereiro ou março ou abril? Ou antes de entrar a redução do ICMS sobre aqueles 95 mil produtos?

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Olha, Srs. Deputados e paranaenses, prestem bem atenção, o Governo Federal também reduziu o IPI sobre os eletrodomésticos, sobre alguns. Isto tem que ser levado em consideração também. Há ou não há? Nós quando votamos ano passado, com uma preocupação muito grande. Queríamos por uma salvaguarda no projeto, era uma emenda nossa, caso os descontos não viessem para o consumidor, que o Governo teria que reaver este desconto do ICMS que foi concedido para os produtos que estavam elencados neste projeto, que hoje é lei.

Neste projeto, uma emenda da Bancada da Oposição, assinada pelo Deputado Marcelo Rangel e outros tantos Deputados, colocaram também que o próprio Governo tinha que acompanhar o preço dos produtos. Será que acompanhou? Não acompanhou?

Estamos fazendo nosso pronunciamento com muita cautela. Agora, ouvimos também quando a TV SINAL foi ouvir as pessoas na rua e reproduziu um trecho do pronunciamento do Deputado Douglas Fabrício, quando desta Tribuna fazia menção sobre esta reforma tributária implantada no Estado do Paraná. E a TV SINAL, através de seus repórteres, foi ouvir as pessoas. Perguntou: você sentiu algum desconto? “Ah, não, eu não senti nada”. Você sentiu? “Ah, vi um desconto, até me surpreendi, talvez seja em razão da reforma tributária, pela redução da alíquota do ICMS”. Ou será que era por causa do desconto que as empresas estão fazendo?

Vamos ficar alertas, porque se nós aprovamos uma lei para reduzir o ICMS, ele tem que ser efetivamente implantado e chegar ao consumidor. Porque nós dizíamos e eu disse a pouco que o ICMS que teve sua alíquota aumentada, isso vai engordar o caixa do Governo. Por outro lado, vivemos um momento delicado na economia mundial. Não é brasileira. É mundial. Então, se houve uma quebraadeira nos Países mais desenvolvidos, aqui no Brasil muitas empresas demitindo gente, alguém diz que aqueceu algum determinado setor, em outro houve uma redução na comercialização dos produtos. Agora, vamos ver o que vai acontecer com o caixa do Governo do Estado.

Se vivemos em uma crise, em termos gerais, há uma diminuição na venda geral. Então, pela lógica, a receita do ICMS também deveria cair a receita do Governo do Estado. Agora vamos ver e nós acessamos através da nossa assessoria, ainda ontem que o reflexo do aumento do ICMS, porque a redução já poderia ser implantada em janeiro, porque a questão da noventa era a questão do aumento do ICMS e só poderia valer para o próximo ano, por isso foi implantado em janeiro. O que vai estar disponibilizado na internet nos primeiros dias, dá para fazer um comparativo de como foi a receita do ICMS em janeiro, em fevereiro e quando se fala em janeiro temos que lembrar que em janeiro o ICMS é o reflexo de dezembro, quando todas as pessoas fazem as compras no final do ano.

Então, pela lógica, historicamente o ICMS de janeiro sempre é mais gordo, mas como é que foi em fevereiro, março e abril? Abril aumentou o ICMS nesses cinco produtos que são responsáveis por 60% do bolo do ICMS. Quando é que vamos sentir esse reflexo? No mês de maio. Qual será a receita no mês de maio e no mês de junho no Governo do Estado? Será menor ou maior em relação ao ano passado? E também em relação à reforma tributária que aprovamos aqui na Assembleia Legislativa.

Então, faço esse pronunciamento na manhã de hoje, para ao menos alertar e na certeza de que espero que o Governo do Estado, através dos seus órgãos, conforme diz a própria lei, esteja fazendo o acompanhamento. Eu disse que a Oposição está alerta. Estamos fazendo o nosso trabalho. E estou fazendo este pronunciamento hoje em razão do debate que vai ao ar agora no final de semana, senão deixaria isto aqui lá para o final de junho ou início de julho, esperando passar três meses da reforma tributária instalada no Estado do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Elio Rusch, só para colaborar com o seu pronunciamento. O tal projeto definindo todos esses detalhes que V. Exa. falou, parece-me que há um artigo colocado pelo Governo de que se não cumprir o que determina a lei, ele pode ser revogado. Parece-me que na lei existe esse artigo que define que pode ser revogado, segundo se falou muito nesse caso. Até gostaria de consultar V. Exa.,

mas me parece que na lei há essa questão de que o Governo pode revogar se não cumprir aquilo que foi determinado, que é baixar os preços. Até poderíamos discutir um pouco mais esse tema, para colaborar.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Jocelito, isso foi discutido e foi um compromisso verbal assumido pelo Estado. Vou dizer uma coisa, que em uma das audiências em que tenho certeza de que foi tratada essa questão, foi na Audiência Pública realizada aqui na Capital do Estado, na Associação Comercial do Paraná, quando estavam presentes o Governador Roberto Requião, o Secretário Heron Arzua, o Deputado Nelson Justus e diversas outras autoridades, quando se levantou essa questão e alguém do próprio Governo disse que se não houver essa redução, automaticamente teria que ser revisto. E queríamos que isso fosse incluído na lei, mas infelizmente não está, Deputado Jocelito Canto. Só para responder a V. Exa. que não faz parte do corpo da lei. O que faz parte do corpo da lei é que o Governo do Estado, através do PROCON e do IPARDES, iria fazer o acompanhamento dos preços praticados nos mais diversos estabelecimentos.

Eu vou um pouco mais além, porque quando se faz as coisas em muito segredo ela se descobre igual, e para que amanhã ou depois não caia no descrédito, nós estamos acompanhando Deputado Jocelito Canto, desde dezembro cento e vinte e poucos produtos, mês a mês, elencamos algumas lojas, algumas empresas, e nós temos já hoje o preço praticado de janeiro, fevereiro, março, abril e maio.

Vamos esperar ainda o mês de junho, para daí aqui dizerem - já que criou-se um fato novo - que é a redução do IPI, qual é o reflexo na planilha de custo desses produtos representa o IPI e a redução do IPI no custo final, quanto por cento isso vai representar? E a mesma coisa a questão do ICMS. Qual é o valor desse produto praticado em dezembro, janeiro e fevereiro? E qual é o preço praticado agora? Com toda certeza vamos ver que alguma surpresa nós vamos ter, porque não posso dizer que a indústria não pode aumentar o produto, desde que haja a necessidade aumenta-se.

Mas, uma coisa estranha aconteceu, o remédio por exemplo, a informação que nós recebemos não oficial, mas não vejo motivo nenhum das pessoas não dizer aquilo que efetivamente têm acontecido, a redução, e quem está me ouvindo em casa, quem compra remédio todo mês, você que está assistindo em casa agora deve ter alguém na família que mensalmente compra o mesmo remédio, veja quando se pagou nesse remédio no mês de dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, agora junho, dá uma olhada se houve a redução do ICMS.

E você que compra peças, a redução foi muito maior, porque sobre a peça era 25% de ICMS, caiu para 12%, então qual é a redução? Você que é mecânico, você que compra sempre as mesmas peças? Dá uma olhada lá acessório. Ou você que compra peça lá na indústria.

Há essa redução ou não há? Então esse acompanhamento, não é só nós, é importante que o consumidor acompanhe e traga as informações para nós, se você tem nota fiscal ou não tem, traga para nós, que vamos dizer: “Olha, a empresa tal realmente houve a redução do ICMS, parabéns porque realmente o Governo nesse item estava certo”. Mas se não existiu, me desculpe, mas temos que fazer o contraponto e mostrar para a sociedade que talvez a oposição estava certo ou estava errado.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

V. Exa. concede um aparte?

(Assentimento)

Obrigado Deputado Elio. V. Exa. tem toda razão no seu pronunciamento, tem fundamento total. Houve um grande questionamento na aprovação daquela reforma tributária, e se dava satisfação à opinião pública. Sugeri que a Casa convidasse à Secretaria da Fazenda, para que nos desse como está o acompanhamento por parte do Governo, porque se deixarmos o desconto, imagino que houve parte do Governo; mas deixar só pela boa vontade daqueles que receberam benefícios e tem que repassar para a opinião pública, talvez não chegue até lá. Acho que a Secretaria da Fazenda tem que cobrar do Governo, para que venham a esta Casa e nos dê a satisfação do que o Governo está fazendo, porque a parte do Governo está sendo realizado, o aumento de 1% está sendo cobrado. Agora vamos ver se o desconto que o Governo deu está chegando a beneficiar os contribuintes, não deixar só pela boa vontade dos comerciantes.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Elio Rusch, existe sim um gatilho, se o projeto não for eficiente existe a possibilidade de revogarmos. E também existe uma emenda, formulamos uma emenda através da Bancada de Oposição, tive a oportunidade de assinar a emenda, para que as empresas, os supermercados tenham a lista completa dos produtos que sofreram redução de ICMS para fazer o controle, não só pelo Governo, mas de cada cidadão.

E temos que fazer realmente esse controle para que possamos, nos próximos dias, por meio da Assembleia, por meio de pronunciamentos como o que V. Exa. está promovendo, nesta manhã, analisar se isso foi benéfico para o Estado do Paraná ou, na verdade, foi apenas mais um ato político. Então, queria parabenizá-lo.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço, Deputado Marcelo Rangel.

A Oposição tinha diversas emendas quando discutimos e votamos a reforma tributária, mas, infelizmente, a grande maioria e aquelas que poderiam salvaguardar os direitos do consumidor não foram acolhidas, foram rejeitadas. Votou-se na base da vontade do Governo do Estado, o rolo compressor funcionou e toda sociedade

soube, no Paraná, em dezembro, quais foram os Deputados que votaram a favor e quais foram os Deputados que votaram contra a reforma tributária e, também, as emendas que tínhamos apresentado, até quais os produtos que podiam sofrer a majoração, quais não, diversas emendas. Deputado Neivo não estava aqui na época, mas fizemos o equilíbrio e discutimos esse projeto em alto nível.

Graças à vontade do Presidente Nelson Justus, do 1º Secretário Alexandre Curi, do Durval Amaral, que é o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, percorremos o interior do Estado do Paraná, em quase todos os grandes centros, debatendo com a sociedade essa reforma tributária. Vamos ver, Deputado Nelson Justus, o que vai acontecer daqui para frente. Espero que possamos ter o respaldo, que a sociedade do Paraná e que o consumidor efetivamente seja beneficiado com aqueles produtos que estavam elencados e muito bem levantado pelos Deputados Reni Pereira, Douglas Fabrício, Valdir Rossoni, Durval Amaral, nós e tantos Deputados que, no ano passado, se manifestaram e levantaram dúvidas em relação a essa reforma tributária.

Agradeço, Presidente. Obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Quero cumprimentar as pessoas que estão nos assistindo por meio da TV SINAL.

Deputado Elio Rusch, V. Exa. e o Deputado Reni Pereira falaram antes de mim e, por coincidência, hoje, minha fala será exatamente sobre isso. Trago um artigo que foi publicado no jornal Tribuna do Interior, na Cidade de Campo Mourão, assinado pelo advogado Sidney Jardim, ele que também é Vereador em Campo Mourão. Ele coloca exatamente alguns pontos sobre essa questão da reforma tributária que, na verdade, não foi uma reforma tributária, foi alguma alteração no projeto de lei do ICMS. O Governador preferiu abaixar a arrecadação em alguns produtos, diminuir o ICMS em alguns produtos e aumentar em outros produtos.

O que o Governador fez na prática e nós nos manifestamos contrária àquela posição, e vou explicar primeiro porque fui contrário, depois explico o que foi o projeto do Governo, que é na sequência do que o Deputado Elio Rusch estava falando aqui. Trabalhei no SEBRAE por muitos anos e o SEBRAE tem a missão de defender, de orientar, de preparar pessoas que querem abrir um pequeno negócio e que, depois, possa ser um grande negócio. Então, defender micro e pequenos empreendedores.

O Governo Requião, no início do seu primeiro mandato, Deputado Dobrandino, fez um projeto muito importante que foi isentar as pequenas empresas do ICMS. Com isso, ele beneficiou milhares de pequenas empresas no Paraná. Eu, como ex-consultor do SEBRAE, posso atestar isso. Ex-consultor, hoje, mas na época acompanhei muito isso.

Então, ele fez com que ao isentar a pequena empresa, a micro ou pequena empresa, ajudou também na geração de empregos. Tanto é verdade que na época da campanha para a reeleição do Governador, eu candidato a Deputado, chegava às empresas, conversava com as pessoas. E as pessoas me conheciam pelo trabalho que fizemos no SEBRAE e me diziam: “Olha, Deputado Douglas, posso votar em você que te conheço, mas também vou votar no Requião, porque o Requião fez um projeto que ajudou a pequena empresa”. Explicavam isso, principalmente os pequenos empresários. Respeitava a decisão das pessoas, estamos em um País democrático, temos que respeitar o que as pessoas pensam. Bom, partindo desse princípio foi bom para a pequena empresa naquela oportunidade.

Mas, o mesmo Governador Requião depois fez um projeto, que não foi bom para a pequena empresa, que é esse do aumento do ICMS da energia elétrica, do telefone e dos combustíveis, em especial, no caso, a gasolina, bebida, cigarro. Bom, por que não foi bom? Raciocine comigo: se a pequena empresa que teve a isenção do ICMS, lá atrás, agora tem o aumento do custo da energia elétrica, tem o aumento do custo do telefone, tem o aumento do custo da gasolina. Tudo isso gera custos, aumenta o custo da pequena empresa. Então, foi ruim esse projeto para a pequena empresa. E a isenção que eles ofereceram do ICMS em alguns produtos, a pequena empresa já tinha essa isenção, então não foi beneficiada. A isenção beneficiou os grandes atacadistas, e alertamos isso aqui.

Bom, tudo bem, foi para o voto. Nós, da Oposição, perdemos a discussão, o Governo ganhou. O Governo implantou o projeto. O que tinha de certeza, e que foi colocado aqui pelo Deputado Elio Rusch e pelo Deputado Reni Pereira, e na época discutimos, o que teria de certeza é que o Governo do Estado, se falava na época, inclusive, pelo Deputado Romanelli, um valor em torno de R\$ 400 milhões. Ele dizia o seguinte: “Olha, esses 400 milhões vai perder na arrecadação aqui e vai aumentar na arrecadação aqui na energia elétrica, no telefone, no combustível, vai empatar”.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

Então, se empatar, acontece o seguinte, observem o que fizemos aqui e aí é o artigo do Vereador, ele coloca o seguinte, ele fez uma conta que esses R\$ 400 milhões que o Governo vai arrecadar a mais com a energia elétrica, com o aumento do ICMS do telefone e da gasolina,

se pegarmos o Paraná, imaginem que o Paraná tem 10 milhões de pessoas. Quatrocentos milhões de reais divididos por 10 milhões de pessoas, significa que por ano cada paranaense vai contribuir com R\$ 40. Então, na região de Foz do Iguaçu, não me recordo o número de habitantes, cada um está ajudando com R\$ 40, cada habitante de lá, para que o Governo arrecade R\$ 400 milhões com o aumento do ICMS da energia elétrica, com o aumento do ICMS da gasolina, com o aumento do ICMS da telefonia.

Na minha região, aqui o Vereador Sidney fez as contas. Campo Mourão, por ano, vai sair de lá mais de R\$ 3 milhões para vir para o Governo em função desse aumento. Na região toda, dá mais de R\$ 10 milhões. Pois bem, já está sendo discutido aqui e colocado que o custo dos produtos não baixou. Significa que a população está pagando mais, porque se o custo dos produtos não baixou, o povo não está tendo benefício. É um casou ou outro que abaixou.

O Deputado tem um estudo sobre isso e vai falar mais para frente. O custo aumentou para as pequenas empresas. Se for dividido para a população, cada cidadão do Paraná vai pagar R\$ 40, só esse ano a mais, para compor o custo do Governo. O voto dos Deputados ajudou neste custo de R\$ 40. Questiono algumas coisas, como a história do ônibus na nossa região. Tem Deputado que faz um discurso, como se fosse as mil maravilhas o fato de levar o ônibus. Se um ônibus que o Governo está mandando custa R\$ 200 mil, apenas para Campo Mourão teria que ir 20 ônibus, por ano, para compensar o dinheiro, que está saindo desta Cidade e vindo para os cofres do Governo do Estado.

Temos que chamar a atenção, sobre esta questão, não só do Governo do Estado, mas também em Brasília. Fica uma enganação para a população, que acha que Deputado bom é aquele que vai lá levar um presentinho e na verdade não é. O mesmo Deputado faz isso, aqui, no voto tira muito mais com o voto, quando aumenta o imposto. Reúnem o povo, vem à liderança, às vezes o Prefeito: “Está aqui o Deputado bom, que está trazendo o recurso para a Cidade tal.” Na verdade não é bom, porque está enganando o povo. O bom é o que chega aqui e defende a população.

Hoje consigo perceber porque o Vice-Governador Pessuti, às vezes, me cobra algumas coisas, porque alguns Deputados retiram algumas posturas. Temos que ser mais francos. Aqui é a Casa da discussão.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Douglas, alegro-me muito ao ver, ouvir e assistir o seu pronunciamento. O Deputado se elege com o voto e a grande maioria torna-se Deputado do Governador, por alguns interesses, às vezes, até pessoais. Às vezes, o Deputado abre mão de suas prerrogativas que são constitucionais, como na hora de tratar a elaboração de um orçamento público. Às vezes o Deputado não está

fiscalizando a aplicação pública, se está sendo aplicado àquilo que prevê a Constituição e o orçamento, em Saúde, Educação. Será que está se investindo efetivamente 25% em Educação? Agora, são 30. Tenho as minhas dúvidas se a Secretaria de Educação gasta 30% em Educação. Esses ônibus estão incluídos nisso.

Vem o despachante de luxo, aquele que considero que leva a chave da ambulância ou do ônibus, para a sua base. Coitadinha daquela base, que acredita que um despachante de luxo está fazendo um bem para a comunidade. V. Exa. está cheio de razão. Aqui, abrimos mão de nossas prerrogativas de Parlamentar, para ceder ao interesse dos Executivos. Isso vem de Brasília, com as tais emendas parlamentares, sai aqui da Assembleia Legislativa e para na Câmara de Vereadores.

Temos que abrir debates com a sociedade, para mostrar para aquilo que somos eleitos e exercer, na plenitude, essa função de Parlamentar. Por isso cumprimento a V. Exa., e tem mais a reforma tributária recentemente aprovada, não estava aqui, é evidente o Estado mais arrecada em energia, combustível, as pequenas e micro empresas nem compensa fiscalizar porque são 1 mil empresas no Paraná, que rendem em torno de 80% da receita arrecadada do Estado. V. Exa. está coberto de razão e eu agradeço pelo aparte.

Obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado Deputado Neivo Beraldin.

O que gostaria de chamar a atenção, é que a oportunidade que temos é cobrando do Governo e trabalhar para mudar. O Governo Fernando Henrique perdeu a oportunidade de fazer uma reforma tributária que pudesse ajudar o País a se desenvolver, depois veio o Governo Lula que perdeu de novo a oportunidade, tanto da reforma tributária decente que realmente beneficie a produção, que aplique nas pequenas empresas, na geração de empregos, a reforma política e por aí nós poderíamos ficar aqui muito tempo falando. Mas, eficaz e especificamente falando, do ano passado que votamos e discutimos aqui e que foi divulgado o Deputado que votou a favor da reforma tributária e Deputado que votou contra, tem que esclarecer aqui porque o que votou a favor ajudou o Governo a tirar R\$ 40 de cada cidadão paranaense, por ano!

Vou continuar lembrando isso em cada momento e quando estiver próximo dos Governo, Pessuti, Requião, podem falar mal de mim na minha região. O Pessuti falou: "Olhe não venho falar mal de você na tua região." Pode falar mal, não tem problema, agora fale a verdade porque o que estou falando é a verdade do que aconteceu aqui, nós no ano passado, pelo voto, perdemos a oportunidade de beneficiar os paranaenses e podemos provar isso: o Governador José Serra também deu a isenção a 119 grupos de produtos, milhares também e nem por isso aumentou o custo em determinados produtos.

O Lula também deu redução de IPI em milhares de produtos e nem por isso aumentou impostos em outros produtos. O Governador Requião se preocupou com o caixa dele e não com a verdadeira isenção para as pessoas! Tantos é verdade que o Deputado Elio Rusch está mostrando, a isenção não chegou às pessoas que deveriam chegar.

Era isso, obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Horário das Lideranças, Deputado Waldyr Pugliesi, PMDB.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Parlamentares. Ouvi com muita atenção todos os pronunciamentos que foram feitos nesta manhã de quinta-feira aqui na Assembleia.

Vários assuntos, Sr. Presidente, poderiam ser enfocados por mim, mas deixem que eu me referencie a uma afirmação do Deputado Belinati, ele no seu pronunciamento afirmou, logicamente com dados que foram colhidos na imprensa que os Conselheiros da PETROBRAS dividindo-se os recursos que foram disponibilizados pelo número deles que talvez cada um deles recebesse a quantia de praticamente R\$ 1 milhão ao ano, quase que R\$100 mil por mês.

Acho que essas coisas precisam ser aclaradas, Sr. Presidente, mas gostaria simplesmente de ler aqui a Lei nº 9292, que está em vigor e diz o seguinte:

(Lê):

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Lei nº 9292, de 12/07/96

Regulamento

Dispõe sobre a remuneração dos membros dos conselhos de administração e fiscal das entidades que menciona e dá outras providências.

MENSAGEM DE VETO

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A remuneração mensal devida aos membros dos conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e das sociedades de economia mista federais, bem como das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas.

§ 1º A remuneração só será devida ao membro suplente do conselho fiscal no mês em que comparecer a reuniões do conselho a que pertencer, conforme registro em ata, no livro próprio.

§ 2º A prestação anual de conta das entidades de que trata este artigo será acompanhada de demonstrativo da remuneração paga aos respectivos conselheiros, bem como das atas das reuniões realizadas durante o exercício.

§ 3º Aos membros dos conselhos a que se refere este artigo é vedada:

I - a participação, a qualquer título, nos lucros da entidade;

II - (VETADO).

§ 4º (VETADO).

Art. 2º O artigo 119 da Lei nº 8112, de 11/12/90, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 119 (...)

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica à remuneração devida pela participação em conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, bem como quaisquer entidades sob controle direto ou indireto da União, observado o que, a respeito, dispuser legislação específica.”

Art. 3º Compete aos órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e aos conselheiros fiscais zelar pelo cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se a Lei nº 7733, de 14/02/89, e as demais disposições em contrário.

Brasília, em 12/07/96;

175º da Independência e 108º da República

(a) FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, PEDRO MALAN, ANTONIO KANDIR E LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA

Então, se nos atermos a esse texto, parece que os dados que foram colocados não são verdadeiros. Ainda mais, Sr. Presidente, que tenho aqui em mãos, aquilo que recebe um Conselheiro da nossa SANEPAR, recebe por mês independente de quantas vezes se reunirem. Então, seria um absurdo que os Conselheiros da PETROBRÁS estivessem recebendo, como se afiançou aqui em torno de R\$ 100 mil. Ainda mais, Parlamentares e demais que assistem esta Sessão, olhem só o que ganha o Presidente da República.

O Presidente da República hoje está recebendo R\$ 11.239,64. Coloquem 30% de imposto de renda, mas isso, mais aquilo e ainda haverá gente sim dizendo que o Lula ganha demais. Assim como afirmam que nós Deputados Estaduais que temos um salário de R\$ 12 mil 384 a cada mês. E vemos na imprensa que todo Deputado tem 50 funcionários. Como se o jardineiro fosse meu funcionário e de todos os outros Deputados. Como se o eletricitista fosse meu funcionário e de todos os Deputados.

Ou cada Deputado tem um eletricitista? Então não é assim. As coisas precisam ser olhadas de outra maneira. Sr. Presidente, saí do Plenário para me dirigir a Presidência para solicitar o texto da mensagem enviada pelo Governador Requião, para liquidar as pendências dos chamados títulos podres em referência a Alagoas. Porque o Governador de lá dirigiu uma correspondência a ele nesse sentido. Pois bem, o que o Deputado Mauro Moraes já de maneira intempestiva se referiu a mim: “Está aí, agora que subo na tribuna o Líder do PMDB está se retirando do plenário.” Não é bem assim. É como antes de ontem o Deputado Neivo Beraldin, V. Exa., se insurgiu com o número que estava no painel e a presença dos Deputados aqui.

Veja bem, agora mesmo eu tinha uma delegação de trabalhadores que vieram de longe, lá na barranca do rio Paranapanema. Vieram para Curitiba em busca dos seus direitos de lutarem para terem melhores perspectivas de vida. Estão lá no meu gabinete, se já saíram não sei, porque estou aqui.

Muita vezes, Deputados, Presidente, todos vocês que estão vendo a TV SINAL sabem que nós temos que nos retirar aqui do plenário para fazer esse atendimento.

O Presidente Nelson Justus está aqui nessa quinta-feira presidindo os trabalhos da Assembleia, mas muitas vezes ele tem que se retirar da Mesa, para atender, por exemplo, o Embaixador da Sérvia, que está visitando a Assembleia Legislativa ou alguma delegação de Deputados de outros lugares que visitam a Assembleia, essa interação. Não podemos ser acusados de sermos irresponsáveis porque colocamos o nome no painel e depois saímos. Estou na Liderança do PMDB mais uma vez, estou na Presidência do partido. Muitas vezes você tem que se ausentar daqui.

Quero falar a respeito do afastamento do Deputado Mauro Moraes da Comissão de Segurança. A Casa tem dezenas de comissões, os partidos estão representados nessas comissões. Qual é o comprometimento do Parlamentar nas comissões? Defender aquilo que o seu partido está propondo. O Governo do Estado não se desliga de maneira total do partido ou da sua base de sustentação na Assembleia Legislativa. Temos rumos, objetivos e quando algum Deputado de qualquer comissão, de qualquer partido se sentir além dos limites daquilo que é aceitável, ele precisa sim, ser afastado, se não para que partido, para que bancada, para que Governo, se todo mundo é igual em tudo àquilo que existe. Não é assim.

O Deputado Mauro Moraes ele não está sofrendo retaliação nenhuma, para ser afastado da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa. Ele tem todo o direito de continuar esposando as suas ideias, defendendo no extremo as suas convicções, mas quando esse comportamento, as suas convicções se chocam com a estância partidária ou da bancada, alguma coisa precisa ser feita, porque senão, não tem solução para nada.

Sr. Presidente, V. Exa. sempre tolerante na questão de proporcionar mais algum tempo para que possamos falar. Ligou-me agora pouco, antes das 9 horas, um

companheiro meu do interior fazendo uma cobrança. Olha tenho visto na televisão da Assembleia e você não falou nada do falecimento do seu irmão, do Perseu Pugliesi. Não estou aqui para falar como irmão, estou aqui para falar como expectador, como político que fui e acompanhei a trajetória do Perseu Pugliesi.

Meu irmão tinha muito de identificação comigo das ideias, não no estilo de fazer política. Considero-me muitas vezes agressivo, radical, cada um tem a sua maneira de falar, de agir. Ele dizia o seguinte: “O homem é o estilo”. Quer dizer, cada um tem o seu estilo. O Perseu Pugliesi era um homem conciliador, foi Vereador e foi duas vezes Prefeito do importante Município paranaense, Jandaia do Sul, ele trabalhou no sentido de fazer com que as transformações que todos ansiamos pudessem chegar. Ele foi um exemplo.

Trabalhou durante todos estes anos tendo mandato ou não, no sentido de fazer com que todo o Vale do Ivaí pudesse trilhar caminhos do desenvolvimento, de um futuro cada vez melhor para aquela área que hoje está totalmente integrada à economia paranaense. Como faz V. Exa., atuando no Vale do Ivaí, Sr. Presidente, o Perseu fez esta caminhada. Ele foi embora, foi um cara decente, não deixa nada que possa - vamos dizer - macular sua caminhada política e eu me orgulho muito daquilo que ele fez na vida.

Logicamente falei que nem gostaria de falar como irmão, mas como político, nesta atuação pública que ele teve. Mas, como irmão ele sempre teve a palavra de incentivo, de compreensão, como deve ser entre as famílias. E nós, políticos, muitas vezes, nos fragilizamos muito porque é um tiroteio sem parar durante - vamos dizer - durante toda minha vida, que tenho visto. Alguém para se altear um pouco precisa menosprezar o outro? Não, não é assim.

Lembro que no passado falavam: “Olha os marajás do serviço público”. Não é verdade. Se nós olharmos salários dos funcionários da Assembleia Legislativa, estão muito aquém daquilo que eles poderiam receber no setor público, não só do Estado do Paraná, em todos os lugares. Temos o objetivo, o ideal, mas o real ele está ali na frente. Nós batemos a cara, todos os dias, com a realidade objetiva, Sr. Presidente.

Então, gostaria de dizer que o PMDB aqui na Assembleia Legislativa através da sua bancada, quando toma esta decisão não está menosprezando o Deputado Mauro Moraes, que tem uma presença política muito forte, principalmente aqui em Curitiba. Nós o respeitamos. Ele que continue fazendo sua caminhada em defesa daqueles que ele diz estar defendendo. Mas, que não faça das campanhas dele menosprezo das atividades dos outros Deputados. Porque é fácil alguém quando recebe uma mensagem do Governo que estipula um aumento, por exemplo, de 10% apresentar de maneira irregular, inconstitucional, uma emenda, falando: “Não, o Governo está propondo 10, mas eu quero dar 50”. Aí ele aparece como sendo o único Deputado que está defendendo, no caso específico mais recente, os policiais militares.

Todos sabem que nós, Parlamentares, o apreço que temos pela Corporação. Cento e cinquenta anos de vida. É um patrimônio do povo do Paraná, a Polícia Militar do Estado do Paraná. Agora, nós nos deparamos com uma realidade. Da mesma maneira que outro dia falei para nosso brilhante e querido Deputado Luiz Carlos Martins, quando dizia dos aumentos verificados através da COPEL, na suas faturas recebidas. Deve ter algum engano, veja isso. E o Luiz Carlos Martins, com toda honestidade - porque ele é um homem extremamente honesto - ele teve conhecimento de que houve erro na elaboração daquelas cobranças efetuadas pela COPEL.

Sr. Presidente, o Deputado Neivo Beraldin me solicita há tempo um aparte. Posso concedê-lo?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Conclua, e o Deputado Neivo Beraldin seja rápido, por favor.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Pugliesi, V. Exa. levanta o tema que acabei de levantar nestes próximos dias, que se refere à presença em Plenário. Olha hoje aqui a Bancada do Governo. Onde ela está?

Certamente está entregando ônibus, está entregando ambulância, mas não está aqui no trabalho, onde deveria estar. Porque o Regimento Interno diz que tal hora começa a Sessão e tal hora termina.

Então, eu compreendo perfeitamente, porque já fui Vice-Presidente desta Casa durante quatro anos, que o Presidente tem, sim, essa prerrogativa, essa função de receber autoridades, Embaixadores, colegas brasileiros, Ministros, Secretários e tudo mais. Isso há uma justificativa razoável, quando um Parlamentar se ausenta, existe essa prerrogativa e é plausível que alguns se ausentem, como por exemplo o Fábio Camargo, que está de licença, porque cheguei aqui no dia 25 de maio e ele participou de uma Sessão em conjunto. Mas, V. Exa. tem que entender que não pega bem para a sociedade ver estar cadeiras vazias e também não pega bem essa situação, que ocorre muito aqui na Casa, que são esses grupinhos que ficam conversando entre si, sobretudo quando vêm de uma vez só, na hora da votação, ao Plenário. Pega mal! Então, hoje estamos altamente fiscalizados, porque temos a TV MERCOSUL.

Vou concluir lembrando um outro assunto. V. Exa. representa o PMDB aqui na Casa, que é Governo. Quanto ganha, por exemplo, um Conselheiro da COPEL, da SANEPAR? Aí nós poderíamos começar a discutir e conhecer esses assuntos, para chegarmos até a PETROBRAS.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Sr. Presidente, concluo só dizendo ao Deputado Neivo Beraldin que não é porque estamos hoje com câmeras filmando os trabalhos da Assembleia ou a nossa presença, que temos que agir com correção. Durante toda

a minha vida, mesmo sem câmeras, sem ninguém me fiscalizando, tenho a minha consciência de político que, penso eu, agi de maneira correta. Então, o maior fiscal de mim sou eu mesmo.

Então, logicamente que tivemos todos esses avanços e eles contribuem. Agora, Sr. Presidente, com relação à presença, eu mesmo não poderia - se fosse assim - estar aqui, porque tenho um compromisso em uma cidade interiorana, que precisaria, teoricamente, da minha presença. Mas, estou aqui. Agora, entendo que muitas vezes os outros Deputados estão trabalhando pelo Paraná por aí fora e muitas vezes podem estar até fora dos limites geográficos do Estado. Agora, sei lá, acho que cada um é fiscal de si mesmo e sou um homem extremamente otimista e acho que é fundamental a existência dos parlamentos. Sr. Presidente, quando querem agredir a democracia, fecham as Câmaras Municipais de Vereadores, as Assembleias, o Senado, fecham a Câmara Federal, elegem bionicamente - como já fizeram - Governadores e Presidentes da República e acho que devemos submeter tudo isso a hóstia cívica, que é o voto, para decidir tudo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero cumprimentá-lo, Deputado Pugliesi, pela maneira clara, experiente e equilibrada com que V. Exa. se pronuncia nesta manhã. Quero apenas dizer, que no tocante ao falecimento do seu irmão, o Deputado Antonio Anibelli usou da tribuna para, em nome da Casa, enaltecer a vida que foi do seu irmão Perseu. Quero aproveitar essa oportunidade para deixar patente aqui a posição da Mesa Executiva da Casa. Estou aqui nesta Casa, como muitos dos senhores, há 19 anos, e posso dizer que nunca a presença dos Srs. Deputados nesta Casa foi tão positiva como é nessa legislatura.

O Deputado Neivo Beraldin, que está chegando agora e que já passou por aqui por diversos anos deve constatar isso, se não sabia é bom que tome conhecimento, porque nós temos tido, não podemos reclamar em hipótese alguma da presença dos Srs. Deputados nessa legislatura. É só alguém requerer, não precisa nem requerer, é só chegar aqui ao lado na mesa do painel eletrônico para ver a assiduidade de cada um dos Srs. Deputados. O que efetivamente não fica bem, e nós nos valermos aqui da prerrogativa de um microfone para ficarmos chamando atenção de companheiros se estão presentes ou não, porque não compete a nenhum de nós fazer esse tipo de trabalho, ninguém aqui é bedel de ninguém, quem nos fiscaliza aqui é quem nos trouxe para cá.

São as nossas ações, as nossas atitudes é que vão nos trazer de volta ou não. E não é pisando em cima de alguém que vamos subir, como bem disse o Deputado experiente desta Casa, um dos baluartes que nós temos aqui na Assembleia, o Deputado Pugliesi. Faço questão de deixar claro isso, porque de igual maneira como eu estou falando agora e não vejo rodinha nenhuma, e está todo mundo prestando atenção, acontece quando o

pronunciamento é importante aqui nesta Casa, quando se leva algum assunto pertinente, algum assunto palpitante, todo mundo presta atenção; quando o assunto realmente não é palpitante, alguém fica lendo jornal, alguém fica conversando, e nós por inúmeras vezes chamamos a atenção dos companheiros para que, por favor, prestem atenção que o assunto merece atenção.

Então, é importante que fique claro que aqui não é uma escola que não podemos ficar obrigando que as pessoas tomem este ou aquele caminho. Existe sim um Regimento Interno, e ele deve ser cumprido, aliás, Regimento este que está sendo modificado, alterado, com a participação efetiva de alguns Deputados, para que tenhamos o nosso livrinho pronto. Mas, será que estamos contribuindo com algumas declarações, estamos efetivamente contribuindo com o crescimento desta Casa? Será que podemos negar pelas ruas de que essa Casa não mudou, não avançou e não se tornou mais moderna, mais atuante, mais transparente e que tem que haver um companheirismo, tem que haver pelo menos um respeito com os nossos companheiros aqui da Casa, independente da colaboração partidária, da Cidade onde ele vive, da crença que ele pratica, do grau de instrução que ele tem?

Ninguém chegou aqui nesta Casa por sorteio, nem por herança e nem por nomeação as pessoas aqui chegaram porque num determinado domingo milhares de pessoas digitaram os nossos números, ou os vossos números. Alguns chegaram com mais votos, outros com menos votos, mas todos merecem o mesmo respeito. E pode ter certeza, esse respeito não vai ser aumentado se nós ficarmos aqui, por questões pequenas, por picuinhas, muitas vezes pessoais, pontuais e paroquiais, nos digladiando. Será que isso vai aumentar, ou melhorar o nível do nosso Parlamento?

Posso dizer com a experiência de quem está aqui há 19 anos, de cabelos brancos, que não vai. Não é assim que vamos contribuir para democracia e nem para o fortalecimento desta Casa. Digo que com o apoio dos 54 Deputados fortaleceu-se e muito. A nossa Assembleia, hoje, serve de exemplo para todas elas.

Ainda anteontem, quando deixei a Deputada Cida Borghetti presidindo aqui, por alguns minutos, estávamos passando lei que aprovamos, aqui nesta Casa, para o Presidente da Assembleia do Pará, no que diz respeito ao Tribunal de Contas. O nosso Regimento Interno e o nosso plano de transparência está sendo copiado por todas as outras Assembleias. O Deputado Durval Amaral é convidado a ir apresentar esse projeto em todo Brasil. Isso serve de orgulho para nós. Queiram alguns ou não, a nossa Assembleia mudou, os tempos são outros. Avancamos, estamos crescendo e vamos crescer juntos, porque ninguém faz nada sozinho e não é com pequenices, com picuinhas bobas e bestas que vamos avançar.

Faço este pronunciamento, neste momento, porque já parafraseei várias vezes aqui que não tenho voto, mas tenho voz e tenho que dizer muitas vezes a verdade. Doa a quem doer. Não é assim que vamos avançar.

Ora, hoje, estamos com 23 Srs. Deputados. A Bancada do PT inteira pediu licença para não estar aqui, hoje, porque tinha um compromisso em Francisco Beltrão. Temos alguns Deputados, que estão fora e não por isso a Sessão de hoje foi menor ou menos importante que a de ontem, que tinha 51 Deputados. Hoje, estamos com 23 Deputados e a Sessão correu às mil maravilhas. Alguém pode arguir se podemos votar hoje e derrubar a Sessão, mas às quintas-feiras a pauta já vem mais leve exatamente porque entendemos isso. Temos que buscar o equilíbrio.

Agora, pedir o quórum, a chamada pelo fato de chamar ou provocar alguém ou aparecer não contribui para nada. Pelo contrário, nos machuca e isso não é bom para ninguém. Então, ou criamos juízo e sabemos que somos responsáveis pelos nossos atos. Disse bem o Pugliesi, quem fiscaliza o Pugliesi é ele mesmo, é a sua consciência e aquelas milhares de pessoas que nele votaram. Não precisamos puxar a orelha do Pugliesi, para lembrar se ele tem que estar aqui nesta hora ou tem que não estar. Meu Deus do Céu, não é um grêmio estudantil isto aqui! Vamos agir como tal, nem que ninguém é bedel, nem que muitas vezes o diretor tenha que fazer isso.

Eu não me sinto bem, de maneira nenhuma, fazendo isso. Até por que não combina comigo isso e V. Exas. sabem de como eu gosto de agir.

Então, quero agradecer a V. Exas. e passar a palavra a Deputado Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Deputado Nelson Justus, Deputados, Deputada Beti Pavin.

Havia me inscrito e até achei meio extemporâneo depois do vosso pronunciamento, mas como havia me inscrito no início da Sessão mantive para falar.

Primeiramente, ouvi com muita atenção e queria me referir ao pronunciamento do Deputado Douglas Fabrício, em certo momento ele coloca a questão da distribuição dos ônibus ou de Deputados estarem no palanque quando o Governador leva até os Municípios os ônibus escolares.

Esta semana, participei pela primeira vez desse momento, fui até a Cidade de Contenda. Contenda é uma Cidade pequena da Região Metropolitana com missão ainda agrícola, tem como base da sua economia a produção agrícola, com muita dificuldade, e participação no Fundo de Participação dos Municípios. Mas, confesso ao senhor que fiquei encantada com aquela solenidade em que estive presente. Encantada, porque essa política de distribuição de ônibus pelo Governo do Estado não é uma política de distribuição de ônibus, não é. As pessoas que estão comigo desde o início sabem, que até este momento eu consegui manter nesta

Casa uma postura de independência. Posicionei-me com o Governo quando achava que isso era necessário, quando achava que era pertinente, quando achava que era o que o meu eleitor cobrava de mim e posicionei contra muitas vezes, alinhada com a Oposição, quando realmente entendia que aquele era o melhor caminho para os paranaenses.

Quantas vezes debatemos aqui, e eu alinhada com a Oposição, com relação aos requerimentos, aos pedidos de informações, porque sabia que isso era uma prerrogativa e tínhamos que brigar por isso, uma prerrogativa desta Casa. Mas, a questão dos ônibus é uma política muito maior, é muito maior do que distribuição de ônibus, é uma política estadual de transporte escolar. É uma política onde as diversas Secretarias, por exemplo, estudaram rotas para assessorar os Municípios com relação à construção de rotas para que as crianças cheguem às suas escolas com brevidade e com segurança. É uma política onde os ônibus foram buscados com os melhores e com um preço justo para chegar aos Municípios, é uma política onde se estudou, se capacitou e se qualificou motoristas para assegurar, e foram muitos os motoristas que passaram por cursos de capacitação.

Tudo isso coordenado pelos programas estaduais, ou seja, é uma política maior. E eu entendi perfeitamente isso. É uma política, para finalizar com relação a essa questão de ônibus, uma coisa que também me encantou, o próprio Governo do Estado encaminhou um processo licitatório, um pregão eletrônico para poder baratear o custo das seguradoras desses ônibus, não é o Governo que está contratando o seguro, são os Municípios. Mas, quando se contrata seguro para 1 mil e poucos ônibus, com absoluta certeza sai mais barato do que para três, que é o que Município de Contenda, por exemplo, teria que contratar. Então é uma preocupação inteira.

E confesso que gostei muito de ter participado daquele momento, porque entendo que não é uma mera distribuição de ônibus porque isso seria a obrigação de qualquer Governo. Mas, é a implementação de uma política estadual de transporte escolar com qualidade e com segurança. E dessa política eu quero fazer parte, sim, dessa política quero representar a Casa, sim.

Agora, estou vindo, acabei chegando um pouco atrasada para a Sessão, porque participei no início da manhã de hoje, às 09h, no Batalhão de Polícia Ambiental, Força Verde, para a passagem do Comando desse Batalhão, do Coronel Sérgio Villagio para o Tenente-Coronel João Alves da Rosa Neto, que hoje assume o Comando da Força Verde. Lá também fiquei muito orgulhosa de estar lá, lá eu estava com o Vice-Governador Pessuti. Lá ouvi o pronunciamento do Rasca, nosso Secretário do Meio Ambiente, e ouvi o pronunciamento do Coronel Sérgio Villagio, bem como o pronunciamento do nosso Vice-Governador. E pontualmente mostrando os avanços que tivemos com relação às questões ambientais do Paraná, das questões levantadas, da freada do desmatamento, das muitas árvores plantadas, da reconstrução

ou da reconstituição das matas ciliares e de toda a política implementada, com relação ao meio ambiente. Além disso, fiquei muito feliz de conhecer o currículo do Tenente-Coronel João Alves da Rosa Neto, que assume aquela política.

Este Coronel, além de todos os cursos e capacitações dentro da questão da Polícia Militar, que teria que ser e não poderia ser diferente. Surpreendeu-me saber que ele é doutor em Sociologia, professor da Universidade Federal de Letras.

Com absoluta certeza, ao meu ver, parece-me que é uma pessoa para assumir essa questão. Porque além da questão da cobrança, a política ambiental tem que estar inserida na sociedade como um todo. Entendo ser esse o melhor caminho. Desejar muito sucesso ao Tenente-Coronel João Alves da Rosa Neto. Precisamos nós, o Paraná, o Brasil, de um grande trabalho dentro da questão ambiental. Não tenho nenhuma dívida disso.

Ontem, protocolei nesta Casa e passou aqui votos de congratulações ao Jornal do Estado, na figura do Sr. Presidente Rodrigo Barroso, pelos seus 26 anos comemorados ontem e, principalmente, porque no dia do aniversário deste jornal, ele coloca um suplemento, que para mim é importantíssimo, que fala sobre as questões ambientais. Deputada Beti, as questões ambientais são a pauta da vida. O Jornal do Estado traz várias questões, como a da água, um bem finito que precisa de proteção, aborda a questão do lixo, da reciclagem, fala dos combustíveis alternativos, da escola que se abre hoje para discutir a questão ambiental, para preparar os cidadãos e os cidadãos do futuro e da ação responsável da comunidade.

A Gazeta do Povo também trouxe, agora, no último 17 toda uma página, com relação à questão ambiental. No final do artigo, ela fala sobre o desperdício de água, e coloca a questão dos hidrômetros individuais, para poder quantificar o consumo de água nos condomínios, nos prédios de apartamento. Eu, juntamente com o Deputado Pastor Edson Praczyk - está tramitando nesta Casa o Projeto de Lei nº 658/07, aprovado pela Diretoria do Legislativo, em 05/09/07, o projeto de lei que visa exatamente isso, a implantação nas futuras construções de hidrômetros individuais, para consumo de água, para que possamos estimular o uso racional desse bem vital, que é a água.

Eu gostaria de pedir à Mesa, a CCJ, porque o nosso projeto estava na comissão, que ele possa vir a plenário, para discutirmos. Quero muito ouvir os outros Parlamentares, que possam ter posições contrárias, para podermos discutir isso. Hoje, a construção civil está atenta para essa situação, para que possamos ter nos futuros prédios de apartamento hidrômetros individuais. Com absoluta certeza, isso vai concorrer, para o consumo consciente.

Encerrar o meu pronunciamento parabenizando V. Exa., Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, pela propriedade e segurança que fez o seu pronunciamento. O senhor é um grande Deputado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Obrigado.

Democratas. Com a palavra, o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui, de público, lhe parabenizar pela sua posição externada nos microfones dessa Casa. Quero aqui dizer, Srs. Deputados estou aqui cumprindo meu quinto mandato de Deputado Estadual, sempre eleito por uma mesma região, a nossa Cidade de Ponta Grossa e os Municípios que compõe a Região dos Campos Gerais.

Sempre fiz um trabalho nessa região, nunca Sr. Presidente e Srs. Deputados tive que correr em outros Municípios buscar novos companheiros deixando para trás aqueles que na eleição anterior votaram em mim e me colocaram como seu representante nesta Casa de Leis. A função do Parlamentar é legislar, fazer leis e ao mesmo tempo fiscalizar, fiscalizar como é gasto o dinheiro público, como o Governo do Estado aplica os recursos arrecadados através dos impostos, essa é a função do Parlamentar.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados nós somos chamados periodicamente, diariamente pelos nossos companheiros, quem são os companheiros?

São aqueles líderes, representantes de entidades, Vereadores, Prefeitos que administram os Municípios do nosso Estado do Paraná. Eu sempre me fiz presente, por isso, Srs. Presidentes, Srs. Deputados, acredito eu que sempre fui eleito por uma mesma região, nunca virei as costas para meus companheiros indo buscar novos companheiros na outra eleição, porque aqueles que votaram em mim tem o respaldo meu no dia a dia trazendo os seus problemas para serem resolvidos, quando não na Assembleia junto ao Governo do Estado do Paraná, junto aos demais órgãos e poderes constituídos.

Um exemplo, ontem, Deputado Elio Rusch, eu saí da Assembleia Legislativa e fui lá no Município de Ipiranga, Município que eu tenho um grupo político que me apóia desde 1990, o mesmo time, Vereadores, ex-Prefeitos, líderes comunitários. Eles me chamaram para ir lá participar de uma reunião, estivemos e saí de lá a meia-noite, Sr. Presidente. Nessa reunião, eles pediram para que nós utilizássemos o nosso mandato que eles nos ajudaram a ganhar para que interferíssemos junto ao Governo do Estado do Paraná: duas situações preocupantes. A maior delas, Segurança Pública, Deputado Jocelito Canto que tem muitos votos lá no Município de Ipiranga também, Sr. Presidente, há dias atrás um preso fugiu da cadeia do Município e acabou assassinando a sua esposa e seu filho, um sério problema de Segurança Pública lá no Município de Ipiranga.

Também eles no dia de ontem, traziam uma outra preocupação: o Delegado que lá está prestes a aposentar-se e eles pediram que nós utilizássemos nosso mandato, dado por eles e pelo povo do Paraná, para que levássemos essa preocupação deles junto à Secretaria da Segurança, para que lá pudéssemos interferir para que um delegado rapidamente possa ser colocado no lugar daquele que está saindo.

Este é o papel do político, este é o papel do Parlamentar!

Tenho feito isso, muitas vezes e é só olhar no controle que temos das Sessões Plenárias a minha presença, tenho Sr. Presidente, na Casa cerca de 80,90% de presença. Muitas vezes não consigo aqui estar na Sessão, porque estou lá ouvindo aqueles que me elegeram, ouvindo aqueles que continuam votando em mim e quando temos votos das mesmas pessoas no decorrer do tempo, é sinal que o nosso trabalho está a contendo e eles continuam nos acompanhando.

Acredito que essa discussão que tomou conta aqui do Plenário é uma discussão que não traz nada, pelo contrário só tira porque no momento que Deputados se agredem dentro do Plenário, tentam utilizar outros como degraus para subir uma escada para ganhar votos diretamente, ele está se autodestruindo. Porque quando se fala mal do poder todos nós somos Deputados e todos nós estamos sendo desgastados quando um Parlamentar atacar o outro. Vou continuar fazendo da forma que sempre fiz, quando presente na Assembleia, repito tenho uma média de 80%, 90% de presença, aqui defendendo os interesses daqueles que votaram em mim fiscalizando o Governador do Estado do Paraná, pois aqui estou na Oposição ao Governo cumprindo um papel democrático.

Porque no passado fui Governo e cumpri o meu papel de Governo entregando ônibus, interferindo para que a Segurança Pública pudesse receber mais recursos, para que as escolas pudessem ser construídas, para que escolas pudessem ser reformadas, para que delegados pudessem assumir as suas funções, para defender o interesse do povo do Paraná. Vou continuar agindo desta forma, porque no quinto mandato a população continua acreditando em nós. E acredito que esta forma de trabalhar é aquilo que a população do Paraná espera.

Agradeço ao senhor e a todos os Deputados.
Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 046/09, subscrito pelo Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, informando o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, a substituição na Comissão de Segurança Pública, do Deputado Mauro Moraes pelo Deputado Ademir Bier. **À Comissão Executiva.**

Ofício nº 554/09, subscrito pelo Deputado Pérciles de Mello, constante do expediente, solicitando a reserva do Plenário desta Casa para o dia 23 de junho próximo a partir das 08h30 até as 12h com objetivo de realizar Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 277/09, de autoria do Governo do Estado. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 153/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Cascavel. **Aprovado. (Publ. no DA nº 032/09, de 08/04/09, em Mensagens).**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder a verificação de votação. Há inscritos no painel 23.

Portanto, não há quórum para o prosseguimento da Sessão.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2956, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2958, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2960, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 153 e 274/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 226, 243, 267 e 273/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 013/07; 247, 258 e 261/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de Reuniões das Comissões desta Casa de Leis, às 12:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Dobrandino da Silva, Elton Welter e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor presidente declarou os trabalhos abertos solicitando ao secretário da Comissão que procedesse a leitura da ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Elton Welter pediu a dispensa da leitura, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 290/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 441/08, que objetiva criar cargos de provimento em comissão que especifica, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, alterando o Anexo II da Lei nº 14.807, de 20 de julho de 2005. Relator Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradecendo a presença de todos, encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de Reuniões das Comissões desta Casa de Leis, às 12:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Dobrandino da Silva, Elton Welter, Luiz Nishimori e Antonio Belinati. Havendo número legal, o senhor presidente declarou os trabalhos abertos solicitando ao secretário da Comissão que procedesse a leitura da ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Antonio Belinati pediu a dispensa da leitura, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 322/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 537/08, que altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, dando nova redação ao § 2º do art. 86. Relator Deputado RENI PEREIRA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Parecer lido pelo Senhor Deputado Luiz Nishimori. 02) Projeto de Lei nº 354/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 25/08, que dispõe sobre o zoneamento ambiental e diretrizes para uso e ocupação da Ilha do Mel. Relator Deputado DOBRANDINO DA SILVA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM INCLUSÃO DE EMENDA ADITIVA DO SENHOR DEPUTADO ELIO RUSCH. 03) Projeto de Lei nº 443/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 35/08, que objetiva que não serão computados nos limites estipulados na Lei nº 15.750, os créditos suplementares até o limite de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). Relator Deputado RENI PEREIRA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Parecer lido pelo Senhor Deputado Luiz Nishimori. 04) Projeto de Lei nº 430/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 902/08, que regulamenta a concessão da gratificação de risco de vida no âmbito do Poder Judiciário. Relator Deputado ELTON WELTER. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 312/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 474/08, que altera dispositivo da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências. Relator Deputado ANTONIO BELINATI. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 311/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 21/08, que dispõe sobre a aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$44.130.691,00 (quarenta e quatro milhões, cento e trinta mil, seiscentos e noventa e um reais) ao vigente orçamento do Tribunal de Justiça, aprovado pelo Lei Estadual nº 15.750, de 27 de dezembro de 2007. Relator Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradecendo a presença de todos, encerrou os trabalhos, dos quais, para

constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

Wilson Penka - Secretário

Presidência

Indicações Legislativas

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1329

Autoria do Deputado Professor Lemos

SÚMULA:

Requer ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação que estenda o prazo para regularização dos diplomas do Programa de Capacitação para Docentes ofertados pelo IESDE/VIZIVALE aos professores concursados para a rede estadual de ensino.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vimos requerer ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação - SEED que estenda o prazo, até ao final do período de estágio probatório, para a regularização dos diplomas do Programa de Capacitação para Docentes ofertados pelo IESDE/VIZIVALE aos professores concursados e que estão tomando posse na rede estadual de ensino.

O Programa Especial para Capacitação de Docentes, oferecido pela Fundação Faculdade Municipal Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALE e a Inteligência Educacional e Sistema de Ensino - IESDE Brasil S/A, era válido como graduação e oferecido na modalidade semipresencial. Criado em 2002, a instituição recebeu parecer de autorização do Conselho Estadual de Educação (CEE). Em 2003, o programa foi reavaliado pelo CEE e mantido por mais dois anos. Já em 2006, o Conselho emitiu um parecer restringindo a certificação. Em seguida, decidiu que o Estado não teria competência para autorizar a oferta de um programa na modalidade semipresencial, invalidando os diplomas, o que deu origem a toda a polêmica.

Uma comissão especial foi criada por integrantes da Assembléia Legislativa, Conselho Estadual de Educação, Secretarias de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia para tentar uma solução no impasse da regularização dos diplomas dos mais de 35 mil professores que concluíram o Programa, sobretudo aqueles que atendem aos requisitos previstos na legislação educacional, ou seja, professores que se encontravam em exercício no período de realização do Programa.

Neste sentido, entendemos que a situação irregular destes professores poderá ser resolvida dentro de algum tempo, sendo pertinente a aceitação provisória do certificado de conclusão de curso para posse e exercício no

cargo público, tendo o servidor o período de estágio probatório para regularizar sua situação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1330

Autoria do Deputado Professor Lemos

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação - SEED, atenção especial à necessidade de fornecimento de três ônibus escolares ao Município de Anahy, através do Programa de Transporte Escolar - PTE.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação que contemple o Município de Anahy na liberação de 03 (três) ônibus escolares através do Programa de Transporte Escolar - PTE do Governo do Estado do Paraná.

O Município de Anahy, situado na Região Oeste do Paraná, necessita de melhorias na sua frota de transporte escolar e não conta com recursos para tal. A aquisição destes ônibus escolares irá contribuir sobremaneira com a demanda do Município para o transporte com qualidade e segurança das crianças e adolescentes que precisam de atendimento educacional.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1331

Autoria do Deputado Professor Lemos

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação - SEED, atenção especial à necessidade de fornecimento de três ônibus escolares ao Município de Campo Bonito, através do Programa de Transporte Escolar - PTE.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação que contemple o Município de Campo Bonito na liberação de 03 (três) ônibus escolares através do Programa de Transporte Escolar - PTE do Governo do Estado do Paraná.

O Município de Campo Bonito, situado na Região Oeste do Paraná, possui um grande contingente de alunos residentes na área rural do Município e necessita de melhorias na sua frota de transporte escolar. Dos cerca de 1 mil e 100 alunos da educação básica neste Município, mais de 60% são da rede estadual de ensino. A aquisição

destes ônibus escolares irá contribuir sobremaneira com a demanda do Município para o transporte com qualidade e segurança das crianças e adolescentes que precisam de atendimento educacional.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1332

Autoria do Deputado Professor Lemos

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação - SEED, atenção especial à necessidade de fornecimento de cinco ônibus escolares ao Município de Diamante do Sul, através do Programa de Transporte Escolar - PTE.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação que contemple o Município de Diamante do Sul na liberação de 05 (cinco) ônibus escolares através do Programa de Transporte Escolar - PTE do Governo do Estado do Paraná.

O Município de Diamante do Sul, situado na Região Centro do Paraná, conta com mais de dois terços de sua população residente na área rural do Município e necessita de melhorias na sua frota de transporte escolar. A aquisição destes ônibus escolares irá contribuir sobremaneira com a demanda do Município para o transporte com qualidade e segurança das crianças e adolescentes que precisam de atendimento educacional, pois o mesmo encontra-se em grandes dificuldades financeiras, sem recursos próprios para tal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1333

Autoria do Deputado Marcelo Rangel

SÚMULA:

Propõe construção de um observatório ecológico no Parque Estadual de Vila Velha.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado dirige-se à V. Exa, Sr. Governador do Estado do Paraná, para reivindicar o seguinte:

I - A construção de um observatório ecológico no Parque Estadual de Vila Velha, localizado no Município de Ponta Grossa/PR.

II - Isto posto, justifica-se a presente indicação, na contribuição para o desenvolvimento do turismo na Região dos Campos Gerais.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1334

Autoria do Deputado Marcelo Rangel

SÚMULA:

Propõe a reativação do elevador de furnas no Parque Estadual de Vila Velha.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado dirige-se à V. Exa, Sr. Governador do Estado do Paraná, para reivindicar o seguinte:

I - A reativação do elevador de furnas no Parque Estadual de Vila Velha, localizado no Município de Ponta Grossa/PR.

II - Isto posto, justifica-se a presente indicação, na contribuição para o desenvolvimento do turismo na Região dos Campos Gerais.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1335

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 05 (cinco) Unidades de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 05 (cinco) Unidades de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Maringá;

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Maringá, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1336

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Marumbi.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Marumbi, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1337

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Maringá.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Maringá, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1338

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Lobato.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Lobato, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1339

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Jandaia do Sul.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Jandaia do Sul, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1340

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Ivatuba.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Ivatuba, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1341

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Iguaraçu.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Iguaraçu, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1342

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Floresta.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Floresta, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1343

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Engenheiro Beltrão.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Engenheiro Beltrão, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1344

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Colorado.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Colorado, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1345

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Cambira.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Cambira, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1346

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Boa Esperança.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Boa Esperança, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1347

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Atalaia.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Atalaia, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1348

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Astorga.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Astorga, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1349

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Jussara.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Jussara, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1350

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de São Tomé.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de São Tomé, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1351

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de São Jorge do Ivaí.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de São Jorge do Ivaí, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1352

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Santo Antonio do Caiuá.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Santo Antonio do Caiuá, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1353

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Quinta do Sol.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Quinta do Sol, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1354

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Peabiru.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Peabiru, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1355

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Paçandu.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Paçandu, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1356

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Paracity.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Paracity, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1357

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Ourizona.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Ourizona, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1358

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Mariluz.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Mariluz, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1359

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Munhoz de Melo.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Munhoz de Melo, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1360

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Mandaguaçu.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Mandaguaçu, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1361

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Terra Boa.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Terra Boa, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1362

Autoria da Deputada Rosane Ferreira

SÚMULA:

Solicita ao Exmo. Sr. Governador, Roberto Requião e a Exma. Secretária de Estado da Educação, Sra. Yvelise Freitas Souza Arco-Verde, providências, em caráter emergencial, em relação a situação precária da Escola Estadual Lincoln Setembrino Coimbra, localizada no Município de Araucária

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - solicita que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Educação, tome as devidas providências, em caráter emergencial, para sanar os problemas estruturais da Escola Estadual Lincoln Setembrino Coimbra, localizada no Município de Araucária/PR, com pedido já formulado nas Indicações Legislativas nº 266 de 26/03/07 e nº 575 de 30/10/07.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1363

Autoria do Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura, atenção especial à necessidade de construção de uma unidade da biblioteca cidadã ao município de Prudentópolis.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subscreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Cultura Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitar:

- Construção de uma unidade de Biblioteca Cidadã, no Município de Prudentópolis.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Município com uma população de 48 mil e 700 habitantes e que mantém junto à sua população a preservação dos costumes e principalmente o hábito de praticar a língua de seus antepassados, fundadores do Município, descendentes principalmente de ucranianos e poloneses. Possuidor de um rico acervo histórico em livros, a construção desta unidade, certamente estará contribuindo para que seus habitantes, além de manterem seus costumes através de pesquisas, possam desta forma divulgar sua cultura entre seus descendentes e aqueles que certamente virão a habitar esta cidade.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1364

Autoria do Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a construção de uma sede para abrigar a Guarda Mirim na cidade de Irati.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subscreve, vem, respeitosamente, perante o Sr. Roberto Requião, Governador do Paraná, solicitar:

- Construção de uma sede para abrigar a Guarda Mirim na Cidade de Irati.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O projeto Guarda Mirim, desenvolvido através da Associação de Moradores de Rio Bonito na Cidade de Irati, atende um público de 200 crianças e adolescentes entre 9 e 18 anos, oferecendo atividades em contra turno escolar, além de encaminhar jovens para o mercado de trabalho pela Lei do Menor Aprendiz. É um trabalho que orgulha a comunidade e tem tirado muitos jovens da rua encaminhando-os para uma vida que vislumbra um futuro promissor a todos aqueles que frequentam esta instituição.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1365

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a execução de obra de pavimentação asfáltica da Estrada dos Amores, localizada no Município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a execução de obra de pavimentação asfáltica da Estrada dos Amores, localizada no Município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Valdomiro Gonçalves Pereira, da Câmara Municipal de Cianorte/PR.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de estrada vicinal que liga a rodovia PR-323 à PR-082, cujo asfaltamento desviará o tráfego intenso das avenidas da cidade de Cianorte, principalmente a avenida Minas Gerais, por onde transitam caminhões e carretas, provocando deteriorização no asfalto e grande incômodo aos moradores com poluição química, sonora e riscos de atropelamentos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1366

Autoria do Deputado Caíto Quintana

SÚMULA:

Sugere a implantação de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança em Dois Vizinhos.

Ao Exmo. Secretário de Estado da Saúde:

O Deputado Caíto Quintana dirige-se a V. Exa. para expor e requerer o seguinte:

Seja implantada, com a máxima brevidade, no Município de Dois Vizinhos, uma Clínica da Saúde da Mulher e da Crianças.

Trata-se de reivindicação dos municípes, já anunciada pelo Sr. Governador, que virá beneficiar em muito o atendimento às mulheres e crianças não só do próprio Município, mas também das redondezas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1367

Autoria do Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe transformar o atual Pelotão da Polícia Militar em Companhia no Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Segurança do Estado do Paraná:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Transformar o atual Pelotão da Polícia Militar em Companhia no Município de Sarandi.

A solicitação justifica-se para melhor atender pessoas, devido ao aumento e desenvolvimento populacional do Município, para que se efetive a segurança do cidadão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1368

Autoria do Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe a doação de 500 carteiras escolares no Município de Sarandi.

A Exma. Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde - Secretária da Educação do Estado do Paraná:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Propõe a doação de 500 carteiras escolares no Município de Sarandi.

A solicitação justifica-se que as escolas estaduais deste município estão com falta de carteiras escolares, impossibilitando o início das aulas deste no ano letivo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1369

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de São Jorge do Ivaí.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de São Jorge do Ivaí, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1370

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Santo Antonio do Caiuá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Santo Antonio do Caiuá, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1371

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Quinta do Sol.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Quinta do Sol, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1372

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Peabiru.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Peabiru, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1373

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Paiçandu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Paiçandu, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1374

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Parana-city.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Parana-city, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1375

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Ourizona.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Ourizona, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1376

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Nova Esperança.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Nova Esperança, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1377

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Nossa Senhora das Graças.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Nossa Senhora das Graças, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1378

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Mariluz.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Mariluz, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1379

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Munhoz de Melo.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Munhoz de Melo, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1380

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Marumbi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Marumbi, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1381

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Marialva.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Marialva, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1382

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Mandaguaçu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Mandaguaçu, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1383

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Lobato.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Lobato, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1384

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Jussara.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Jussara, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1385

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Jandaia do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Jandaia do Sul, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1386

SÚMULA:

Autoria do Deputado Dr. Batista

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Ivatuba.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Ivatuba, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1387

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Iguaraçu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Iguaraçu, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1388

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Floresta.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Floresta, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1389

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Engenheiro Beltrão.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Engenheiro Beltrão, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1390

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Colorado.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Colorado, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1391

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Cambira.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Cambira, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1392

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Boa Esperança.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Boa Esperança, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1393

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Atalaia.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Atalaia, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1394

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Astorga.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Astorga, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1396

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de São Tomé.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de São Tomé, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1397

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Terra Boa.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Terra Boa, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1398

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e Paraná Esportes, estudos de viabilidade para implantação de uma academia da terceira idade no Município de São Tomé.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e a Paraná Esporte, estudos de viabilidade para implantação de uma academia da terceira idade no Município de São Tomé.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Laerte Inácio, da Câmara Municipal de São Tomé/PR.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1399

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao Município de Mandaguaçu, uma (01) ambulância ou recursos para a compra de uma.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao Município de Mandaguaçu de uma ambulância ou recursos para a compra de uma.

Mandaguaçu realiza um trabalho efetiva de atendimento médico para as pessoas carentes, principalmente, transportando-os para serem atendidos em centros maiores, quando o caso assim exige e a ambulância do Município está sem condições de uso.

Esta indicação legislativa representa o pedido da Câmara de Vereadores de Mandaguaçu para que o Município possa atender a grande demanda de pacientes que diariamente necessitam de locomoção para outros centros, considerando o número limitado de veículos atualmente utilizados pelo Departamento de Saúde do Município.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1400

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra coberta no Colégio Municipal Noêmia do Amaral, no Município de Paranavaí.

Ao Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção da quadra coberta no Colégio Municipal Noêmia do Amaral, no Município de Paranavaí, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Municipal Noêmia do Amaral, no Município de Paranavaí, está situado em localidade carente, razão pela qual tornou-se referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta na escola de Paranavaí.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1401

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra coberta no Colégio Municipal Antonio F. de Souza, no Município de Diamante do Norte.

Ao Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção da quadra coberta no Colégio Municipal Antônio F. de Souza, no Município de Diamante do Norte, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Diamante do Norte, além de ser área carente de recursos de toda sorte, tem no Colégio Municipal Antônio F. de Souza referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta no Colégio Municipal Antônio F. de Souza.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1402

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Sr. Roberto Requião e à Secretária de Estado da Cultura a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Campina Grande do Sul.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e a Secretária de Estado da Cultura Vera Maria Haj Mussi Augusto, a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Campina Grande do Sul.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o Município de Campina Grande do Sul possuir uma população com baixo poder aquisitivo e que em muitas vezes não possuem condições de custear materiais didáticos aos jovens e as crianças.

A população local está pleiteando este tipo de benefício, tendo em vista o aprimoramento cultural que estes espaços proporcionam à comunidade.

Por essa razão consideramos o pleito legítimo e justo para contribuir com o desenvolvimento cultural e educacional da população, trazendo conhecimento e promovendo cidadania ao referido Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1403

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Solicita urgentes providências para resolver problemas estruturais na cadeia de Peabiru.

Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

1) A cadeia de Peabiru (interditada desde 2002) foi recentemente reformada e ainda não recebeu ordem para utilização em virtude de falhas constatadas nas obras de reforma;

2) Que os presos oriundos da Comarca de Peabiru são encaminhados para a cadeia de Araruna, que não possui mínimas condições de segurança e com superlotação de presos, favorecendo a fugas e rebeliões;

3) Que não existe pessoal em quantidade de efetivo para atendimento às mínimas condições de segurança nas cadeias de Araruna e Peabiru;

Solicita urgentes providências no sentido de:

1) Atender urgentemente às necessidades de melhorias na estrutura da cadeia de Peabiru para que a mesma possa ser liberada para receber os presos, ou seja, colocação de tela de proteção sobre a cadeia e aumento da altura da guarita, entre outras;

2) Após a mudança dos presos de Araruna para a cadeia de Peabiru, que a mesma seja reformada;

3) Aumento do efetivo das cadeias de Peabiru e Araruna para melhoria na segurança dos presos e atendimento da população.

Certo que as providências serão tomadas, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1404

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a doação de um ônibus ao Município de Mariluz.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - doação de um ônibus ao Município de Mariluz.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Mariluz, tendo em vista que o Município de Mariluz não possui um ônibus para atender as necessidades da comunidade.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1405

Autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida

SÚMULA:

Propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Gilberto Martin, a reforma do Hospital Municipal Lauro Macedo Sobrinho situado no Município de Centenário do Sul.

Propõe que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, a reforma do Hospital Municipal Lauro Macedo Sobrinho, situado no Município de Centenário do Sul

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Centenário do Sul com mais de 11 mil habitantes é atendida por uma estrutura de saúde composta por três postos de saúde, equipes do Programa Saúde da Família, e do Hospital Municipal Lauro Macedo Sobrinho.

Com o arrocho financeiro por que passam os Governos Municipais, em especial de nossas pequenas Cidades, o Hospital Municipal Lauro Macedo Sobrinho ficou anos sem investimento. Hoje se encontra em situação muito precária, tendo, inclusive, seu centro cirúrgico interditado.

O hospital possui 29 leitos, e hoje apenas executa algumas internações clínicas e partos normais. Com investimentos o hospital poderá atender as quatro especialidades básicas (clínica médica, cirurgia geral, obstetrícia e pediatria).

Entendendo que o investimento descentralizado em saúde economiza e agiliza o tratamento médico-hospitalar, e dessa forma aumenta a qualidade de vida de nossa população, acredito ser de fundamental importância a reforma do Hospital Municipal Lauro Macedo Sobrinho, que não excederá R\$ 300 mil o que é um investimento pequeno diante de todo o benefício que poderá gerar a referida reforma.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1406

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

Súmula:

Propõe ao Governador Roberto Requião e o Sr. Gilberto Berguio Martin, a implantação de uma Clínica da Mulher no município de Japurá.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário da Saúde, a implantação de uma Clínica da Mulher no Município de Japurá.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A implantação de uma Clínica da Mulher no Município de Japurá possibilitará atendimento mais ágil na área de saúde, oferecendo serviços gratuitos de ginecologia e obstetrícia, ultra-sonografia, exames laboratoriais e outros, os quais possibilitarão agilidade no atendimento e diagnóstico, permitindo um tratamento mais eficaz.

Dessa forma o Município obterá maiores resultados com o Programa de Saúde da Mulher, além de agilizar a realização de exames especializados, a clínica da mulher será um centro especializado para atender gestantes, mães e bebês recém-nascidos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1407

Autoria do Deputado Professor Lemos

Súmula:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de fornecimento de quatro ônibus escolares ao Município de Corbélia, através do Plano de Transporte Escolar - PTE.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação que contemple o Município de Corbélia na liberação de 04 (quatro) ônibus escolares através do Plano de Transporte Escolar - PTE do Governo do Estado do Paraná.

O Município de Corbélia, situado na região Oeste do Paraná, conta com uma população estudantil de aproximadamente 3 mil e 700 alunos, sendo mais da metade da rede estadual de ensino. A aquisição de 04 (quatro) ônibus escolares, sendo 02 (dois) de 44 lugares e 02 (dois) microônibus de 23 lugares irá contribuir sobremaneira com a demanda do Município para o transporte com qualidade e segurança das crianças e adolescentes que precisam de atendimento educacional, suprimindo uma necessidade deste município que não conta com recursos para esta fim.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1408

Autoria do Deputado Professor Lemos

Súmula:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de fornecimento de ônibus escolar à APAE do Município de Santa Maria do Oeste, através do Plano de Transporte Escolar - PTE.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vimos INDICAR ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação que contemple a APAE do Município de Santa Maria do Oeste, através do Plano de Transporte Escolar - PTE do Governo do Estado do Paraná.

A APAE de Santa Maria do Oeste, assim como suas co-irmãs espalhadas por todo o território nacional, presta relevante serviço no atendimento educacional de crianças, jovens e adultos com deficiência, suprimindo em grande medida a ausência do Poder Público na execução de políticas públicas universalizadas nesta área. O Município de Santa Maria do Oeste, situado na região central do Paraná, necessita de melhorias na sua frota de transporte escolar e não conta com recursos para tal. A aquisição deste ônibus escolar para a APAE irá contribuir sobre maneira com a demanda do município para o transporte com qualidade e segurança das crianças e adolescentes que precisam de atendimento educacional, em especial os alunos com deficiência.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1409

Autoria do Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe edificação de cobertura de quadra esportiva na Escola Estadual Barão do Rio Branco no Município de Londrina.

À Exma. Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a, V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A edificação de cobertura de quadra esportiva na Escola Estadual Barão do Rio Branco no Município de Londrina.

2 - A solicitação justifica-se para melhor atender os alunos, professores, já que a escola possui mais de mil alunos.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1410

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e ao Secretário Estadual de Segurança Pública, a designação de um policial militar para atuar no Distrito de Vidigal, Município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indica-

ção, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e ao Exmo. Secretário de Segurança Pública do Estado, Sr. Luiz Fernando Delazari, estudos para viabilizar a designação de um policial militar para atuar no Distrito de Vidigal, Município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Sérgio Pereira Júnior, da Câmara Municipal de Cianorte/PR.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Distrito do Vidigal dista aproximadamente 12 quilômetros da Cidade de Cianorte e possui uma população de cerca de 3 mil habitantes, contando com apenas um policial Militar da 3ª Cia. Do 11º BMP, residente na localidade, para realizar todas as funções inerentes à área de Segurança Pública.

Portanto, diante dessa insuficiência, necessário a designação de mais um policial militar para atuar no Distrito do Vidigal, Município de Cianorte.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1411

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria Estadual de Educação, estudos para viabilizar a implantação de Centro de Educação Infantil no Distrito de São Lourenço, no Município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria Estadual de Educação, estudos para viabilizar a implantação de Centro de Educação Infantil no Distrito de São Lourenço, no Município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Manoel Messias dos Santos, da Câmara Municipal de Cianorte/PR.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de São Lourenço conta com a creche Criança Esperança, porém o espaço físico da mesma já não é suficiente para o atendimento da demanda, existindo uma grande lista de espera por vagas no referido centro de educação infantil.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1412

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Saúde a construção de Clínica de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Adrianópolis.

O Deputado Edson Luiz Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Saúde Sr. Gilberto Berguio Martin, a construção de Clínica de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Adrianópolis.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o Município de Adrianópolis possuir uma população aproximadamente de 7 mil habitantes, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano e estar desprovido de uma unidade especializada para atender as necessidades da prevenção da saúde da mulher e o combate à mortalidade infantil.

Por essa razão consideramos o pleito legítimo e justo para o credenciamento do Município no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1413

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do Município de Nova Tebas.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do Município de Nova Tebas.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 04 (quatro) ônibus escolares para o atendimento da demanda do Município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do Município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1414

Autoria do Deputado Professor Lemos

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos a celebração de convênio com o Município de Itaipulândia para a instalação de uma unidade de separação de lixo reciclável junto ao aterro sanitário daquele Município.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do requerimento interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA a celebração de convênio para a instalação de uma unidade de separação de lixo reciclável no Município de Itaipulândia.

No Município de Itaipulândia, situado na Região Oeste do Paraná, são coletadas diariamente cerca de 4,5 toneladas de resíduos sólidos urbanos, resultantes das atividades de uma população de aproximadamente 6 mil pessoas. Este material vem sendo depositado no Aterro Sanitário de Itaipulândia, o qual não conta com nenhum processo de separação de materiais recicláveis. A Administração Municipal, através de programa de coleta seletiva e parceria com uma associação de catadores do Município está disponibilizando estrutura junto ao Aterro Sanitário visando a instalação de uma unidade de separação de lixo reciclável, proporcionando, além dos benefícios ambientais, geração de renda para uma população carente.

O Município necessita, no entanto, de parceria junto aos órgãos ambientais do Estado a fim de adquirir os equipamentos para a instalação da referida unidade de separação de lixo e poder dar continuidade a este projeto de grande importância ambiental e social.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1415

Autoria do Deputado Professor Lemos

SÚMULA:

Requer ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação que empreenda medidas em caráter de urgência no sentido de garantir a oferta de vagas para o ensino médio na rede estadual de ensino no período diurno.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião de Mello e Silva e

à Secretaria de Estado da Educação - SEED que sejam tomadas as providências em caráter de urgência no sentido de garantir a oferta de vagas para o ensino médio na rede estadual de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LDB, Lei nº 9394/96 estabelece:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

Considerando as determinações da legislação educacional acima mencionada, bem como o princípio

constitucional que garante o direito à educação (artigos 6º e 205), faz-se necessário a implementação de medidas que garantam a plena oferta de vagas aos adolescentes e jovens que desejam cursar o ensino médio regular, sendo que a oferta de vagas no período noturno deve restringir-se às necessidades e peculiaridades do aluno(a) e da educação de jovens e adultos quando assim o desejarem, conforme preconiza o artigo 4º da LDB.

A frequente falta de vagas na rede pública estadual para o ensino médio regular diurno, em Curitiba, região metropolitana e outras Cidades precisa ser resolvida de forma rápida e definitiva a fim de resguardar-se o direito a educação de centenas de jovens e adolescentes paranaenses.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30/03/09.

(a) NELSON JUSTUS